

Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@mail.telepac.pt
http://www.sprc.pt

Ficha Técnica

Região Centro Informação

Registo de Propriedade n.º 217964

Propriedade do

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21

Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra

Director — Mário Nogueira

Chefe de Redacção — Luís Lobo

Conselho de Redacção:

Adelino Lopes, Anabela Sotaia, Maria Cruz Marques, Fran-

cisco Almeida, Paulo Santos, Vítor Januário

Grafismo e Ilustração — Tiago Madeira

Composição e Paginação — SPRC

Periodicidade — Mensal

Tiragem — 15500 exemplares

Impressão — NAVEPRIINTER

Indústria Gráfica do Norte, Lda

EN 14 — Lugar da Pinta — Maia

Embalagem e Expedição — AP Embaladora

Redacção e Administração — Rua Lourenço

Almeida de Azevedo, 21

Fotografias — Arquivo SPRC,

Cadernos Pedagógicos — Coordenação

de Margarida Fonseca

Registo de Publicação n.º 117965

Depósito Legal n.º 228/84

EXECUTIVOS DISTRITAIS

Aveiro

Rua de Angola, 42 - B

Urbanização Forca Vouga • 3800-008 Aveiro

Telef.: 234 420 775

FAX: 234 424 165

E-Mail: sprcaveiro@mail.telepac.pt

Castelo Branco

R. João Alves da Silva, 3 - 1.º Dt.º

6200-118 Covilhã

Telef.: 275 322 387

FAX: 275 313 018

E-Mail: sprcedcb@mail.telepac.pt

Coimbra

Praça da República, 28 — 1.º

Apartado 1020

3001-552 Coimbra

Telef.: 239 851 660

FAX: 239 851 668

E-Mail: sprccoimbra@mail.telepac.pt

Guarda

Rua Vasco da Gama, 12 — 2.º

6300 Guarda

Telef.: 271 213 801

FAX: 271 223 041

E-Mail: sprc.guarda@mail.telepac.pt

Leiria

R. dos Mártires, 26 — r/c Drtº

Apartado 1074

2400-186 Leiria

Telef.: 244 815 702

FAX: 244 812 126

E-Mail: sprcleiria@mail.telepac.pt

Viseu

Av Alberto Sampaio, 39 — 1.º

Apartado 2214

3510-030 Viseu

Telef.: 232 420 320

FAX: 232 431 138

E-Mail: sprcviseu@mail.telepac.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco

R. Pedro Fonseca, 10 — L

6000-257 Castelo Branco

Telef.: 272 343 224

FAX: 272 322 077

Figueira da Foz

R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º

3080-084 Figueira da Foz

Telef.: 233 424 005

Douro Sul

Av. 5 de Outubro, 75 — 1.º

Apartado 42

5100-065 Lamego

Telef.: 254 613 197

FAX: 254 656 457

Seia

Lg. Marques da Silva

Edifício Camelo, 2.º Esquerdo

6270-490 Seia

Telef.: 238 315 498

FAX: 238 315 498



É URGENTE TOMAR A INICIATIVA PEDAGÓGICA DE DIZER NÃO!

Pág. 5



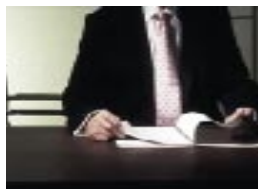
PRIMEIRO DE MAIO É QUANDO UM(A) TRABALHADOR(A) QUISER

Págs. 6 e 7



REVISÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO O OURO NO FIM DO ARCO-ÍRIS

Págs. 10 e 11



Direcção e Gestão das Escolas

EFICÁCIA PARA QUÊ, SEGUNDO QUEM E EM BENEFÍCIO DE QUEM ?

Pág. 12



Ensino Superior

LYNCE NÃO QUER REFORMAR. QUER POUPAR DINHEIRO A FERREIRA LEITE.

Pág. 14



ESCOLA PROFISSIONAL DE ARTES DA BEIRA INTERIOR VIVE MOMENTOS DE GRANDE INSTABILIDADE

PROFESSORES E FORMADORES ESTIVERAM EM GREVE DE 7 A 12 DE ABRIL COM EXCELENTES RESULTADOS DE ADESÃO

Pág. 16



Conservatório de Música de Coimbra

UMA CASA NOVA... ...MAS COM GENTE DENTRO E COM DIGNIDADE!

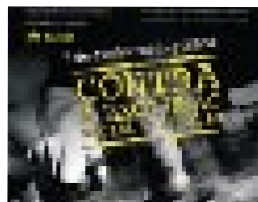
Pág. 25



TRIBUNA PÚBLICA DE CONDENAÇÃO DO GOVERNO

LISBOA, 29 DE MAIO - PRAÇA DA FIGUEIRA

Pág. 26



NO DIA 5 DE JUNHO, EM LISBOA, POLÍTICA DO ME PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL VAI A TRIBUNAL

Pág. 27

Alunos

Despacho Normativo nº 11/2003, de 3 de Março - Elimina as provas globais no ensino secundário como instrumento de avaliação obrigatório.

Deliberação nº 436/2003, de 19 de Março - Elenco das provas de ingresso para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano lectivo 2003-2004.

Deliberação nº 475/2003, de 29 de Março - Provas de ingresso e exames a realizar para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior em 2003-2004.

Despacho Normativo nº 15/2003, de 5 de Abril - Aprova o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário para o ano 2003.

Despacho nº 7149/2003, de 11 de Abril - Nomeia o júri nacional de exames do ensino secundário para o ano 2003.

Portaria nº 302/2003, de 12 de Abril - Disciplina a matrícula e a frequência no ensino secundário recorrente.

Deliberação nº 538/2003, de 17 de Abril - Pré-requisitos exigidos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano lectivo 2003-2004

Concursos

Decreto-Lei nº 35/2003, de 27 de Fevereiro - Regula o concursos pra selecção

e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Este diploma é aplicável aos concursos relativos ao ano escolar 2004-2005 e posteriores.

Diversos

Decreto - Lei nº 78/2003, de 23 de Abril - Cria a bolsa de emprego público (BEP) .

Decreto - Lei nº 84/2003, de 24 de Abril - Programa de Emprego e Protecção Social (PEPS)

Educação

Parecer nº 1/2003, de 14 de Março - Parecer do CNE sobre a proposta do ME de "Reforma do Ensino Secundário linhas orientadoras da Revisão Curricular"

Vencimentos

Despacho nº 6209/2003, de 28 de Março - Número de vagas para a concessão de equiparação a bolseiro no ano escolar 2003-2004

Portaria nº 303/2003, de 14 de Abril - Estabelece as linhas de orientação da política salarial para 2003 dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e procede à actualização das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha bem como das pensões a cargo da CGA.



EIH, LUÍS CARLOS, ATÉ SEMPRE HOMEM!

Luís,

■ Várias foram as vezes em que as nossas vontades se uniram. Uniram-se pela Paz (na Palestina, no Iraque...); uniram-se em defesa dos direitos dos trabalhadores, luta que sempre colocaste na pasta de "Urgentes" do teu computador; uniram-se por Coimbra, terra que abraçaste (e te abraçou) e a quem deste o melhor com a tua intervenção cívica, quer política, quer desportiva, quer cultural; uniram-se por Abril, ideal por que lutaste na longa noite fascista (contavas-me há poucos dias como os "pides" te chateavam quando, em 69, saías da Direcção Geral com os comunicados debaixo do braço e contavas as lutas com o orgulho de

quem foi um protagonista); uniram-se por Abril quando no Ateneu (outro filho que abraçaste) há dias, à meia noite, brindámos com uma loira, de seu nome Super Bock, e dissemos "25 de Abril, Sempre"; uniram-se por Abril, já agora em Maio, quando descemos juntos a Sá da Bandeira a gritar "É preciso, é urgente, uma política diferente".

Oh Luís,

Mas alguém acha que uma coisa tão reles como a morte nos iria separar?! Era o que mais faltava!

A tua força, o teu empenhamento, a tua dedicação, o teu entusiasmo serão sempre exemplos que continuarão a unir-nos muito, cada vez mais...

...muito, cada vez mais, porque os

tempos difíceis que vivemos assim o exigem e porque nunca sabemos quando é que essa coisa tão reles que se chama morte, sendo incapaz de quebrar as vontades que unimos, nos impedirá que o façamos de mãos dadas.

Embora a pressa não fosse tua, partiste. Ainda assim não te queremos dizer adeus. Simplesmente porque entre nós [amigos, companheiros, camaradas] a despedida sela-se com um carinhoso e fraterno "Até Sempre".

É que, mesmo sabendo que não voltaremos a ver o homem, jamais deixaremos de ter o Homem. Até Sempre, Luís.

Mário Nogueira
Coordenador do SPRC

PAGAMENTO DE VENCIMENTOS AOS PROFESSORES CONTRATADOS

Pergunta: Sou professor licenciado e profissionalizado e completei o primeiro ano de contrato no decurso do (presente) ano lectivo. terei direito a ser abonado pelo índice 151, de imediato?

Resposta:

Apesar de não ser procedimento comum de todas as Direcções Regionais de Educação, tem sido do entendimento de algumas DRE que ainda que os docentes completem o primeiro ano de contrato no decurso do ano lectivo, não lhes deve ser processado o vencimento de acordo com o índice 151, constante da Tabela anexa à Portaria n.º 367/98 de 29 de Junho, no dia 1 do mês seguinte.

Ora, decorre do **Ofício Circular de Orientação Normativa n.º 09/99 da DGAE de 03/08/99**, que **“Logo que o docente complete os 365 dias de serviço, ainda que durante a vigência do contrato, deve ser alterado, no dia 1 do mês seguinte, o respectivo índice remuneratório, precedido da necessária anotação”**.

Nos termos da mesma circular, entende-se como **“primeiro ano de contrato”** a prestação de serviço docente, sob contrato, durante 365 dias seguidos ou interpolados, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino.

Suponhamos, que o docente contratado não possui à data da celebração do novo contrato de serviço docente os 365 dias necessários à formação do primeiro ano de contrato, independentemente da data em que é celebrado o referido contrato. Neste caso, o docente irá assinar o referido contrato, sendo estabelecido como índice de vencimento o índice 126 de acordo com a alínea a), b) e d) do Anexo II à Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1042/99, de 26 de Novembro, estabelecido para o ano lectivo 2002/2003 em **€ 1035,81**.

No entanto, logo que complete o 365.º dia de serviço o docente deverá comunicar ao órgão executivo da escola aquele facto, para que lhe seja processado no dia 1 do mês seguinte um montante de **€ 1241,33** ou seja, o equivalente ao índice 151 da referida Tabela.

Verificada a manutenção do mesmo

índice de vencimento (126) no mês seguinte deverá ser apresentada reclamação do acto de não processamento do vencimento de acordo com o índice 151, junto ao órgão executivo.

Caso aquele órgão mantenha a decisão anterior, deverá no prazo de 30 dias úteis, após aquela decisão, ser interposto Recurso Hierárquico Necessário para o Ministro da Educação, recorrendo do indeferimento à Reclamação e peticionando o processamento do vencimento pelo índice 151, bem como dos retroactivos desde a data a que teria direito nos termos da lei.

Se esta recusa se mantiver por parte do ME, deverá, de imediato, ser interposto Recurso Contencioso de Anulação para o Tribunal Central Administrativo, pois só em sede jurisdicional haverá lugar a uma decisão definitiva relativamente àquela questão.

Nos casos que chegaram ao Gabinete Técnico-Jurídico do SPRC, a recusa de processamento de vencimento de acordo com o índice 151, tem sido fundamentada de acordo com o teor da Nota Informativa do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa, datada de 20 de Setembro de 2002, de onde se retira o seguinte: **“(b) Sejam dadas instruções aos Serviços competentes no sentido não só de respeitarem os normativos vigentes quanto aos índices remuneratórios a clausular nos contratos de prestação de serviço docente, como ainda de não procederem a modificação da remuneração contratualizada, ainda que desconforme à lei, durante a vigência do contrato”** (sublinhado nosso).

Retira-se, ainda, da mesma Nota Informativa que a Secretaria de Estado da Administração Educativa iria proceder à instrução dos estabelecimentos de ensino, no sentido destes não procederem à alteração do vencimento dos docentes contratados durante a vigência do contrato, implicando a manutenção do índice de vencimento constante do respectivo contrato, até ao final do mesmo contrato.

Ora, estas instruções não só contrariam as instruções constantes da Circular de Orientação Normativa acima identificada, como também a informação contida no **Ofício n.º 35946.02, da**

autoria da Sra. Directora Geral da Administração Educativa, (emitida em data posterior à referida “Nota Informativa”), de onde se retira o seguinte: **“Entendendo-se que o primeiro ano de contrato corresponde aos primeiros 365 dias de prestação de serviço docente, deverá ser alterado o respectivo índice remuneratório precedido da necessária anotação logo que o docente complete o tempo de serviço necessário.”** (sublinhado nosso).

Consideramos que as instruções da Nota Informativa de 20 de Setembro são manifestamente ilegais por contrariarem as orientações normativas constantes da Circular n.º 09/99 DGAE que interpreta a Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, já que esta portaria define os requisitos de admissão; celebração de contratos; vigência e cessação dos contratos; remuneração dos docentes colocados em exercícios de funções docentes transitórias nos termos do n.º 2 do art.º 33 do DL n.º 139A/90, de 28 de Abril - Estatuto da Carreira Docente

Consideramos, ainda, evidente a violação do Princípio da Legalidade constante da “Nota Informativa”, quando é referido que devem ser dadas instruções aos Serviços do Ministério da Educação no sentido de respeitarem os normativos vigentes quanto aos índices remuneratórios a clausular nos contratos de prestação de serviço docente, e ainda não proceder a qualquer modificação da remuneração contratualizada, **ainda que desconforme à lei**, durante a vigência do contrato.

A expressão, acima sublinhada, é uma evidente e aberrante violação do Princípio da Legalidade e do Princípio da Confiança do cidadão na ordem jurídica existente, já que as orientações constantes da **Circular n.º 09/99/DGAE** são em sentido diverso da actuação levada a cabo pela referidas DRE, sob as orientações da Direcção Geral da Administração Educativa.

A Consultora Jurídica
Sandra Correia

É URGENTE TOMAR A INICIATIVA PEDAGÓGICA DE DIZER NÃO!

Dizer NÃO a uma revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, que o Governo queria tornar num diploma socialmente segregador, que perspetive um ensino elitista, renunciando ao papel prioritário da educação no desenvolvimento do país.

■ Dizer NÃO a um modelo de Direcção e Gestão das Escolas que mais não seja que um instrumento centralizador da administração educativa, coartando a autonomia e deslocando a gestão das escolas para o seu exterior. Um modelo, defendido por David Justino, que aposte na contenção e redução do investimento num sector chave do progresso social, económico e cultural. Um modelo que entregue o governo dos estabelecimentos de educação e de ensino a comissários do poder político, através da nomeação de gestores profissionais.

Dizer NÃO a revisões dos estatutos de carreira que sirvam apenas para exercer um controlo apertado sobre o exercício profissional dos docentes (nomeadamente através da criação de mecanismos da sua avaliação externa por quem não conhece os contextos educativos em que os docentes exercem a sua profissão), que não admita o reforço das atribuições do Estado em matéria de apoio ao desenvolvimento da educação nas zonas isoladas e desfavorecidas (o actual estatuto para os docentes do ensino não superior prevê incentivos à fixação em zonas isoladas ou desfavorecidas, os quais, também com este governo, nunca foi regulamentado, apesar de terem já passado 13 anos) e que, na prática, tenha por objectivo localizar nos docentes a causa de todos os males da educação em Portugal.

Dizer NÃO a alterações à legislação portuguesa em matéria de apoio às crianças e jovens com necessidades educativas especiais (Portugal foi pioneiro em matéria de inclusão), sejam ou não



“Todos aqueles que amam a democracia, que a partir dela constroem o seu próprio manual de cidadania, que acreditam que Portugal pode ser um país solidário (...) devem, têm de dar a sua voz ao Povo e impedir que o caminho seja o traçado por um Governo que governa cada vez mais orgulhosamente só.”

de carácter prolongado, que mais não pretenda que a colocação destes alunos em guettos, retirando-os da escola e escondendo-os, envergonhadamente, aos olhos críticos da sociedade portuguesa.

É perante este quadro que se exige uma ainda maior e mais eficaz luta contra uma política que é irresponsável, arrogante e autoritária, e contra um governo que fez dos conceitos de solidariedade, democracia e negociação os seus principais inimigos. Fê-lo na Educação, mas também na Saúde, no Trabalho ou na Segurança Social.

Todos aqueles que amam a democracia, que a partir dela constroem o seu

próprio manual de cidadania, que acreditam que Portugal pode ser um país solidário, que desejam para os cidadãos do nosso país um Portugal pintado a todas as cores, em que a música que se ouve não seja a das marchas militares, que usam as palavras para defender a liberdade... devem, têm de dar a sua voz ao Povo e impedir que o caminho seja o traçado por um Governo que governa cada vez mais orgulhosamente só.

Luís Lobo

PRIMEIRO DE MAIO É QUANDO UM(A) TRABALHADOR(A) QUISER

Este ano o 1º de Maio comemorou-se em condições muito difíceis para os trabalhadores portugueses, que tiveram razões acrescidas que justificaram uma grande presença nas iniciativas de rua, onde se protestou e exigiu.

■ O nosso país atravessa uma grave crise económica e social, particularmente sentida pelos trabalhadores, uma vez que o Governo pretende resolvê-la exactamente à custa dos trabalhadores e, com esse intuito, tem vindo a:

- Aumentar a precariedade dos vínculos laborais (Pacote Laboral);
- Assistir impávido ao aumento do desemprego sem medidas que o contrariem;
- Restringir os direitos sociais e laborais dos trabalhadores;
- Congelar os salários e pensões provocando a sua redução real;
- Agravar a carga fiscal no que corresponde aos impostos directos e aos que incidem sobre o rendimento do trabalho;
- Aumentar o custo de vida.

Tudo isto enquanto se assiste a um indecente proteccionismo do capital financeiro e dos grandes empresários que aumentam os seus lucros, que vêm aumentados os seus benefícios e favores fiscais e que continuam, sem problemas de maior, a fugir ao fisco e a não serem solidários com a restante sociedade.

Com a sua política o Governo é um dos principais responsáveis pelo aumento do desemprego, pelo alastrar de bolsas de pobreza e de exclusão, pela redução do consumo que resulta da debilidade económica e da falta de confiança dos cidadãos e pela redução do investimento privado.

Outra vertente relevante da política anti-social do Governo é a sua ofensiva contra os serviços públicos.

O Governo faz passar a ideia de não dever ser o Estado o responsável pela



prestação de serviços à população que são essenciais à vida e à sua qualidade. Serviços que deverão ser públicos, uma vez que correspondem a direitos, não sendo, por isso, admissível nem aceitável que sejam alienadas tão importantes funções sociais do Estado.

Saúde, Educação, Segurança Social e, agora, até o acesso à Água Potável, são responsabilidades do Estado que parecem estar na primeira linha da sua estratégia desresponsabilizadora.

Com este intuito desresponsabilizador, a actuação governativa é igual em todas as áreas:

- Não investir na qualificação dos serviços públicos;
- Promover campanhas de descrédito dos serviços e de desvalorização dos seus trabalhadores e do seu desempenho profissional;
- Apresentar as respostas privadas, devidamente financiadas com o dinheiro de todos nós, como as mais qualificadas e as únicas que respeitam uma alegada liberdade de opção que surge sempre e apenas quando se torna conveniente.

É neste quadro que surgem os Hospitais-Empresas, sugestivamente

designados por S.A.

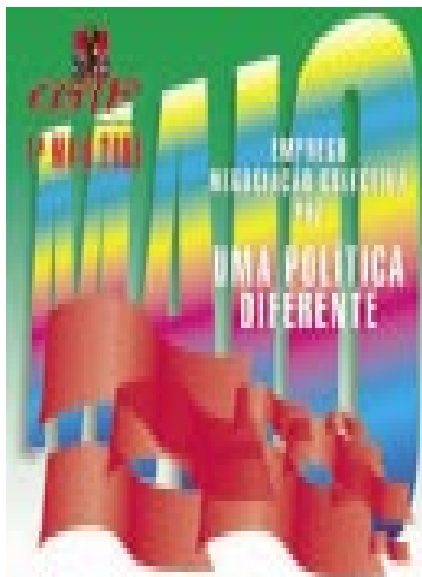
Que surgem novas regras para a Segurança Social, que poderão levar à descapitalização total do regime público e solidário, com os financiamentos a serem desviados para reforço do capital privado (Banca e Seguradoras).

Que surgem as empresas municipais de águas cujo capital maioritário se pretende entregar a entidades que sendo ainda públicas estão na calha da privatização, como é o caso da Águas de Portugal.

Que surgem medidas na Educação, como a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e ao regime de autonomia e gestão das escolas, que serão os primeiros passos para a empresarização das escolas, sendo de seguida entregues a gestores profissionais que farão o trabalho sujo necessário à privatização final.

No caso específico da Educação as intenções do Governo passam por:

- Dispensar docentes contratados e tornar mais instável a vida profissional dos que se encontram integrados no sistema;
- Alterar profundamente a actual rede escolar, com a aprovação das



cartas educativas municipais. Esta é uma medida fundamental para que as escolas sejam agrupadas em grandes territórios administrativos, com milhares de alunos, e, dessa forma, possa ser justificada a colocação/nomeação de gestores profissionais;

- Profissionalizar a gestão das escolas, imprimindo lógicas de gestão empresarial, como se uma escola pudesse ser gerida à margem das exigências educativas e pedagógicas que resultam das especificidades e da multiplicidade e complexidade das respostas exigidas pelo ser humano;

- Retirar às escolas a capacidade de integrarem nas turmas de ensino regular os alunos com necessidades educativas especiais, retomando políticas segregadoras que passam pela frequência de instituições onde a inclusão não tem lugar, ainda que o serviço seja de qualidade;

- Privatizar a Educação Pré-Escolar, com a justificação da rede pública não se encontrar vocacionada para dar respostas sociais que são necessárias às famílias. Em vários casos é verdade mas porque não tem havido investimento público nesse sentido;

- Reduzir a escolaridade básica para seis anos, ainda que demagogicamente já se vá anunciando o aumento da escolaridade obrigatória para doze anos, a concretizar por quem vier a seguir, enquanto hoje pouco ou nada seja feito para que se cumpram, de facto, os nove anos;

- Faz-se uma inconsequente reforma no Secundário que não prevê a permeabilidade entre cursos tecnológicos e científico-humanistas, que não toma medidas para não beliscar os interesses dos industriais dos livros escolares, que diz aumentar o leque de opções dos alunos em relação às disciplinas, mas nada

refere sobre a capacidade das escolas para satisfazer essa possibilidade...;

- Quanto ao Ensino Superior a única preocupação é a de poupar dinheiro com o financiamento recorrendo ao muito demagógico princípio do utilizador pagador. Aumentar as propinas - passando o odioso da medida para as instituições - parece a única preocupação do Governo. Acção Social Escolar e qualidade educativa são aspectos secundarizados;

- Aumentar a qualificação dos portugueses e qualificar a mão de obra através de um efectivo incremento da formação ao longo da vida também parece não ser preocupação do Governo que tem vindo a agir em sentido contrário reduzindo a oferta do ensino recorrente e não apresentando alternativas ao actual modelo.

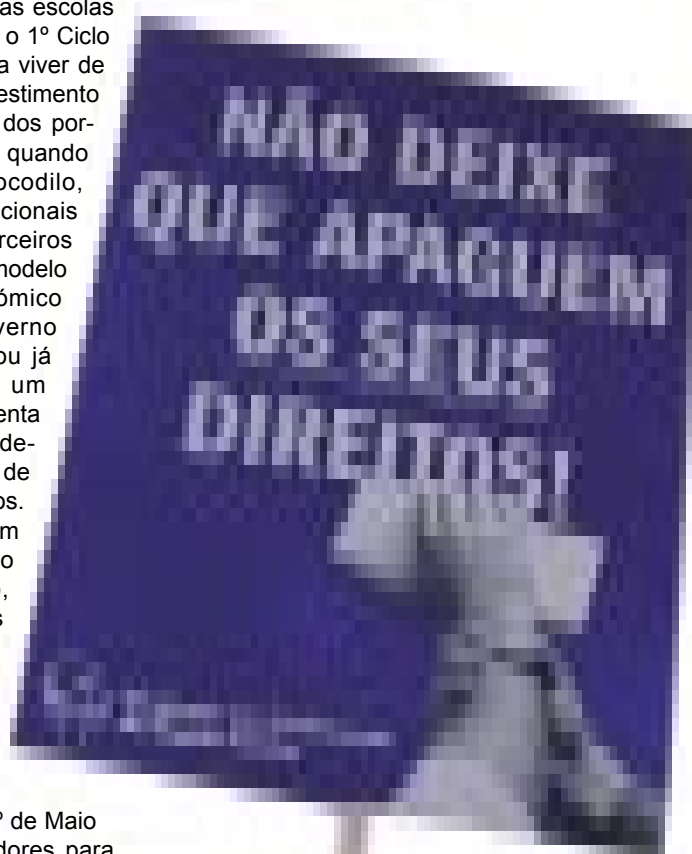
Esta fraca aposta na Educação, este pensamento economicista que leva o Ministro da Educação a dizer que o problema da Educação é ter muito dinheiro (quando a grande maioria das escolas luta com falta de recursos e o 1º Ciclo do Ensino Básico continua a viver de boas vontades), este desinvestimento na formação e qualificação dos portugueses - que de vez em quando faz verter lágrimas de crocodilo, quando os estudos internacionais nos comparam com os parceiros europeus - faz parte de um modelo de desenvolvimento económico e social que o actual Governo ainda não compreendeu (ou já terá compreendido?!) ser um modelo esgotado e que assenta na precariedade, em mão-de-obra disponível devido à falta de empregos, em baixos salários. Como se afirmou, este é um modelo esgotado que não promove desenvolvimento, pois não torna o nosso país mais competitivo e mais produtivo. Torna-o apenas mais pobre.

Estas foram razões fortes que empurraram os portugueses para a rua neste 1º de Maio. Um 1º de Maio aproveitado pelos trabalhadores para fazerem a festa mas, por ser o seu dia, também para fazerem a luta pelos seus direitos, pelo seu salário, por uma sociedade mais justa e solidária.

Um 1º de Maio que tendo já passado no calendário, terá de continuar vivo no dia a dia vida de cada trabalhador.

Mário Nogueira
Coordenador do SPRC

“Com a sua política o Governo é um dos principais responsáveis pelo aumento do desemprego, pelo alastrar de bolsas de pobreza e de exclusão, pela redução do consumo que resulta da debilidade económica e da falta de confiança dos cidadãos e pela redução do investimento privado.”



ME ACUSA EFEITOS DAS LUTAS DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA... E FINALMENTE REÚNE COM A FENPROF

Nas Interrupções Lectivas da Páscoa os Educadores de Infância estiveram de novo em luta

■ Há sempre alguém que resiste ...há sempre alguém que diz não...

Foi o que fizeram os Educadores de Infância que, conscientes das razões das suas lutas, entre 14 e 16 de Abril, contrariando o Calendário Escolar imposto pelo ME para a Educação Pré-Escolar, participaram nos Encontros Pedagógicos, promovidos pela FENPROF, tendo o dia 16 de Abril culminado com mais uma Manifestação junto ao ME.

Valeu a pena. O Ministro da Educação, perante uma mobilização que se vem mantendo desde Setembro, com diversas acções de luta, fortemente participadas pelos Educadores de Infância, finalmente marcou para 22 de Abril a reunião que a FENPROF havia solicitado em Junho de 2002.

Reunião com Ministro da Educação - a confirmação da prepotência

O Ministro da Educação mostra-se inflexível quanto à revogação do Despacho 19310/2002. Sem argumentos consistentes sustenta a sua posição em situações que não dependem da componente educativa, mas sim da componente de apoio à família, ou componente sócio-educativa, tal como é definida na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar e que decorre do Protocolo de Cooperação de 1998 entre ME/MTSS/ANMP.

Ou seja, se o problema do ME é respon-

der às necessidades das famílias, mais não tem do que pressionar as Autarquias a investirem numa resposta social de qualidade e não, com falsas questões, impor um Calendário que prolonga o tempo de actividade lectiva na Educação Pré-Escolar, confundindo intencionalmente resposta social com resposta educativa, desvalorizando desta forma a função da Educação Pré-Escolar, primeira etapa da educação básica e, conseqüentemente, desvalorizando o conteúdo profissional dos docentes deste sector.

Nesta reunião o Ministro da Educação e o Secretário de Estado falaram a uma só voz, num discurso que deixou bem claro as verdadeiras intenções deste Ministério quanto ao futuro da Educação Pré-escolar, confirmando-se o que há muito vimos denunciando: a imposição de um Calendário Escolar específico para a Educação Pré-Escolar representa muito mais do que um calendário diferente, é início de um caminho que visa a descaracterização deste sector de educação, retrocedendo-se décadas no conceito e função da Educação Pré-Escolar.

O objectivo deste Ministério é investir numa política educativa que visa economizar, rentabilizar, privatizar, em detrimento da qualidade pedagógica e de um efectivo incremento na qualidade da escola pública.

O Ministro da Educação deixou bem claro a sua preferência pela rede social de Educação Pré-Escolar que considera ser a que melhor responde às necessidades das famílias. Daí ter reafirmado que a criação rede pública de Educação Pré-Escolar foi um erro grave, pois, na sua opinião, a componente de apoio à família "corre mal"...como se a função da educação fosse social e não educativa...



como se não fosse responsabilidade do Estado dotar a escola pública de uma resposta social de modo a responder às necessidades das famílias... e, se a componente de apoio à família nos Jardins de Infância rede pública não corre bem, porque é que o ME, como subscritor do Protocolo, não fiscaliza a forma como as autarquias aplicam as verbas que recebem?!

As lutas dos Educadores de Infância incomodam o Ministro da Educação...

O Ministro da Educação afirmou, quanto à decisão do ME de aplicar à Educação Pré-Escolar um Calendário Escolar diferente do Ensino Básico que "esta terá sido até agora a medida mais cara para o ME" tendo revelado que a persistência dos Educadores de Infância o tem incomodado " ...e por favor não continuem atrás de mim, por todo o lado, com centenas de Educadores...". Pela nossa parte vamos continuar a incomodar enquanto em causa estiver:

A defesa do direito das crianças a uma resposta educativa de qualidade!

A defesa do direito das famílias a uma resposta social adequada e de qualidade!

Argumentos do ME
existem estabelecimentos que não cumprem a sua função, verificando-se abusos por parte de alguns Educadores de Infância
existem Jardins de Infância encerrados 3 meses no Verão;
existem denúncias por parte das autarquias e associações de pais que não podem ser ignoradas.

Razões do Descrédito
A existência da componente de apoio à família depende: <ul style="list-style-type: none"> -da necessidade das famílias -da celebração do Protocolo por parte das autarquias que lhes permite implementar esta componente -dos recursos físicos do estabelecimento, nomeadamente no que se refere a espaços próprios.
Ao Educador compete informar a autarquia das necessidades das famílias e desencadear o processo. Logo não há abusos por parte dos Educadores pois não depende deles a existência ou não da componente de apoio à família
Nos meses de Verão os Jardins de Infância só encerram (e nunca por 3 meses) se não existir componente de apoio à família pois, onde existe, a componente educativa termina, de acordo com a data fixada pelo Calendário Escolar, e as crianças podem

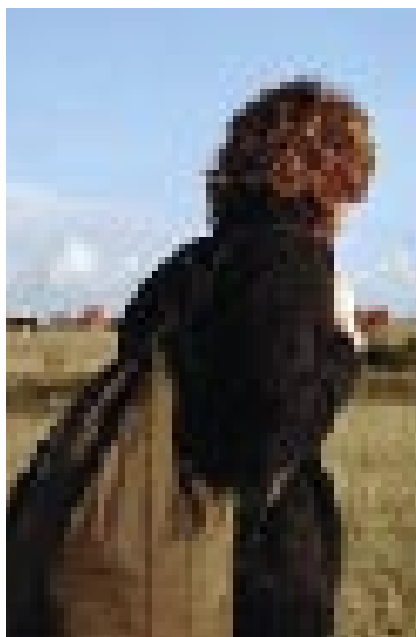
JULHO, MÊS DE TODAS AS ANGÚSTIAS!

Para muitos professores do 1º CEB e educadores de infância este é o mês de todas as angústias, incertezas, e muito, muito nervosismo.

■ Publicado que está, por parte do ME, a “calendarização das acções conducentes à abertura do ano escolar de 2003/2004 para a educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico”; e estando as escolas e docentes envolvidos afinadamente em levar a bom porto mais um ano lectivo vêem-se já mergulhados, inevitavelmente, na preparação do próximo ano escolar que arrancará ainda à luz, do DL 35/88. Será com este Decreto-Lei, ainda em vigor, que se farão os próximos concursos para a afectação aos Quadros Distritais de Vinculação, que decorrerá no final do mês Julho (ver caixa). Os docentes pertencentes aos QDV têm que concorrer todos os anos ao concurso de afectação e confrontam-se no final, de cada ano lectivo muitas vezes extenuante, com a incerteza sobre qual a escola em que irão trabalhar no ano seguinte. Sendo isto verdade já há muitos e bons anos, com a antecipação deste concurso para o mês de Julho, sem o ME ter acutelado mecanismos que permitam apurar verdadeiramente todas as vagas disponíveis, os docentes vêem a sua instabilidade agravar-se profundamente. Como se isto não bastasse, as datas em que este concurso ocorre condicionam a possibilidade de muitos professores poderem usufruir das suas merecidas e legalmente definidas férias, uma vez que o início das afectações começa apenas no dia 4 de Agosto.

O SPRC e a FENPROF têm denunciado junto do ME, esta grave situação com que são confrontados os docentes vinculados e que, mais uma vez, se repetirá.

Quem pensa que o novo decreto-lei sobre quadros e concursos (DL 35/2003) porá fim a esta situação, está profundamente enganado! Aliás, este diploma que entrará em vigor a partir de 2004 não só manterá os problemas hoje existentes como acentuará a instabilidade na classe docente. A não previsão de nenhum mecanismo de vinculação excepcional para os professores contratados (com habilitação profissional ou própria), o não alargamento dos quadros de escolas, o ressurgimento das famigeradas



A “deslocalização” de milhares de docentes todos os anos não pode de forma alguma contribuir para a melhoria do sistema educativo; bem pelo contrário (...)

reconduções, a modificação abrupta das regras previstas para os destacamentos por concurso, a não revisão das habilitações para a docência, a inexistência de legislação que crie incentivos à fixação em zonas isoladas e desfavorecidas e ainda a indefinição de mecanismos claros para a colocação dos docentes de Educação e Ensino Especial foram, entre muitas outras razões, motivos mais que suficientes para que o novo regime de concursos não merecesse o acordo da FENPROF.

Mas, relativamente ao concurso que se aproxima, de afectação ao quadro distrital de vinculação de educadores de infância e professores do 1º CEB, o SPRC exige, mais uma vez, do ME, o

Calendarização das acções conducentes à abertura do ano escolar de 2003/2004 para a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico - ME

Concurso para afectação ao quadro distrital de vinculação de educadores de infância e professores do 1º CEB

- **15 Julho** - afixação das listas provisórias de ordenação dos docentes do QDV (Internet, CAE e Órgãos de Gestão);

- **16,17e 18 Julho** - reclamação às listas;

- **23 Julho** - afixação das listas e listas de lugares vagos (Internet, CAE e Órgãos de Gestão);

- **25, 28 e 29 Julho** - prazo de entrega dos boletins pelos professores e educadores nas sedes dos órgão de gestão, delegações escolares e outros locais para tal determinados;

- **4 Agosto** - início das afectações (1ª fase)

apuramento real das vagas disponíveis a concurso, mesmo que, para tal, seja necessário alterar as datas de concurso. Se até lá o ME mantiver tudo tal como está previsto no calendário por ele definido, contará com a oposição e denúncia do SPRC, à semelhança dos anos anteriores.

A “deslocalização” de milhares de docentes todos os anos não pode, de forma alguma, contribuir para a melhoria do sistema educativo; bem pelo contrário, influi, de forma inequívoca, para a instabilidade do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos, colocando também em causa o tão desejado e necessário sucesso educativo.

A angústia de milhares de docentes que vêem aproximar mais um concurso ao QDV só poderá ser resolvida com um diploma de concurso que promova um efectivo alargamento dos quadros de escola.

O SPRC bater-se-á sempre por um regime de concursos com regras claras que garanta os direitos dos professores e promova o bom funcionamento das escolas. Os docentes sabem que podem continuar a contar connosco para esta luta.

REVISÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

O OURO NO FIM DO ARCO-ÍRIS

O ME apresentou no pretérito dia 15-04-2003 a versão definitiva do “Documento Orientador da Revisão do Ensino Secundário” com a pompa, bem evidente nos diversos órgãos de comunicação social, de quem encontrou a solução final para os problemas de que enferma este sector de ensino. Nada mais enganador.

■ Convém, antes de mais, esclarecer, como aliás já esperávamos (este ministro - e o governo no seu todo - a outra coisa não nos habituou), que a versão final deste documento se revela, no essencial, muito semelhante ao documento que esteve, ao longo de 2 meses, submetido a uma pretensa “discussão pública”; apenas foram levados a cabo alguns ajustes nos desenhos curriculares propostos e tornaram-se mais explícitas algumas das mais graves intenções deste ministério para todo o sistema educativo que, até aqui, apenas se liam nas entrelinhas. É no mínimo uma inverdade, portanto, que o M.E. tenha incorporado, como se afirma no ponto 2 do documento, a maior parte dos cerca de 600 contributos recebidos durante a dita discussão pública.

Em resultado disto, em grande medida, esta proposta de revisão curricular não passará de uma versão *light* da proposta do anterior executivo. Não obstante o M.E. ter introduzido um conjunto de alterações no seu documento inicial, tal facto em pouco se reflectiu na qualidade das propostas apresentadas na versão final, persistindo na maior parte dos erros que lhe apontámos durante o período de discussão pública, nomeadamente:

- Extinção (ou uma pouco convincente passagem para o ensino profissional) dos cursos tecnológicos de Química e Mecânica, áreas reconhecidamente nevrálgicas para o desenvolvimento do país;

- Concentração, apenas do 12º ano, de toda a carga horária de Área Projecto / Projecto Tecnológico (áreas que, além disso, ficam a cargo de um só professor), gorando-se completamente o espírito subjacente à sua criação;

- Redução drástica da carga horária da componente de formação específica dos cursos científico-humanísticos, temendo-se pela qualificação dos alunos à saída do ensino secundário;

- Também o modelo de opcionalidade definido para a componente de formação específica dos cursos cien-



tífico-humanísticos, quiçá a proposta mais criativa do ME, pode, não obstante, vir a revelar-se um verdadeiro campo minado para escolas e alunos. Efectivamente, apesar do M.E. ter, na versão final do documento, tornado obrigatória pelo menos uma das duas disciplinas bienais estruturantes de cada curso, a possibilidade de os alunos “fugirem” à 2ª dessas disciplinas (por exemplo, por questões de média) pode ser muito bem o calcanhar de Aquiles desta revisão:

- A opcionalidade, dados os problemas organizacionais que acarreta para as escolas, pode não passar do ouro no fim do arco-íris;

- A opcionalidade torna possível que um aluno passe todo o ensino secundário sem contactar com disciplinas fundamentais nos cursos que

Em grande medida, esta proposta de revisão curricular não passará de uma versão *light* da proposta do anterior executivo.

frequentam. Ex.s: um aluno do curso de Ciências e Tecnologias pode nunca ter Física /Química; um aluno de Ciências Sócio-Económicas pode não frequentar Economia; um aluno de Línguas e Literaturas pode nunca frequentar Literatura Portuguesa...

- Se um aluno optar por uma 2ª disciplina bienal distinta da estruturante, ou verá estranguladas as suas possibilidades de acesso ao ensino superior,

ou, no caso disso não acontecer (e tal dependerá do modelo de acesso ao ensino superior que vier a ser definido) será esse aluno portador de um défice de formação no ensino superior só ultrapassável através do recurso ao mercado paralelo das explicações a que só alguns terão acesso. Ambas as situações são inaceitáveis. Se a ideia do M.E. é responsabilizar os alunos para que optem bem, então que sentido tem a opcionalidade?

- Dependência de um acordo celebrado com o ME relativamente às disciplinas de oferta de escola ao dispor dos alunos; esta medida revela bem o significado que o ME atribui ao “reforço da autonomia das escolas” a que faz alusão no documento;

- Indefinição de um conjunto largo de questões indispensáveis a uma avaliação séria da revisão curricular agora apresentada, designadamente:

- A operacionalização da permeabilidade entre cursos afins e modalidades distintas do ensino secundário que o documento do ME diz assegurar;

- O modelo de acesso ao ensino superior;

- O sistema de avaliação dos alunos, sabendo-se apenas que os exames nacionais continuarão a ser a pedra angular do mesmo, mas desconhecendo-se, por exemplo, o peso que esses exames terão na avaliação;

- Discriminação dos alunos dos cursos Tecnológicos relativamente aos cursos Científico-humanísticos na medida em que a carga horária dos primeiros supera enormemente a dos segundos;

- As T.I.C., verdadeiras meninas dos olhos do actual ministro, mantêm-se concentradas apenas no 10º ano. Há mesmo quem defenda que as TIC deveriam ser transversais a todas as disciplinas e não desenvolverem-se como uma disciplina independente;

- É atirada para a escola, e só para ela, a responsabilidade de, junto das empresas da região, procurar assegurar a realização dos estágios propostos para os cursos tecnológicos. Teme-se que isso venha a pôr em causa a criação da maioria desses cursos, sobretudo em regiões economicamente desfavorecidas, o que fortemente contribuirá para a eternização dessa condição;

Para além de tudo isto, e dado que a revisão curricular agora proposta iniciará a sua generalização no ano lectivo de 2004-2005 e que, por esse motivo, se manterá até lá em vigor a matriz curricular actual, é incompreensível - é mesmo aberrante - a implementação, já no próximo ano lectivo (2003-2004), de

novos programas preparados para a matriz curricular prevista no, ora suspenso, Dec. Lei n.º 7/2001, opção resultante de uma inaceitável e já assumida cedência a editores e livreiros.

Mais graves ainda do que as medidas avançadas para a revisão curricular do ensino secundário, a iniciar a sua generalização já no ano lectivo de 2004-2005, são as orientações do actual ME para todo o sistema educativo português. Ao pretender rever a L.B.S.E., atribuindo-lhe a designação de Lei de Bases da Educação e da Formação Vocacional, a fim de, até 2010, implementar um conjunto de alterações, o ME apresenta uma visão do sistema educativo profunda e preocupantemente elitizado:

- Faz depender do “desempenho e do mérito evidenciados” pelos alunos o acesso às diversas modalidades de ensino secundário (incluídas nele não só as actuais geral e tecnológica mas também a profissional e vocacional, esta última correspondente ao sistema de aprendizagem em regime de alternância). Pergunta-se: que dignificação pretende o M.E. fazer das vias profissionalizantes do Ensino Secundário?

- Introduziu já exames nacionais no 9º ano (a Língua Portuguesa e a Matemática) com efeitos no prosseguimento de estudos dos alunos, medida que, cruzada com o ponto anterior, poderá querer dizer que os alunos que não obtiveram aproveitamento nos ditos exames serão “orientados” para vias exclusivamente profissionalizantes (ensino profissional e vocacional);

- Pretende destruir a escolaridade de 9 anos igual para todos quando, ao defender a passagem do actual 3º CEB para o Ensino Secundário, impõe vias diversificadas aos alunos com 12 anos (não temos motivos para acreditar - antes pelo contrário - que essa diversificação só vá ocorrer no 10º ano!) “de forma a encontrar soluções educativas ajustadas às aspirações e perfis de competência dos alunos”. Tal intenção poderá facilmente culminar na constituição de escolas de excelência, com modalidades de ensino ajustadas a um perfil de competências elevado, condenando as restantes a oferecerem vias menos dignificadas, onde procurarão um futuro duvidoso, e sempre de menor qualidade, os socialmente desfavorecidos, aqueles a quem não vai ser dada qualquer outra escolha. Esta análise está longe de ser mera especulação se levarmos em linha de conta notícias vindas a público segundo as quais as escolas seriam financiadas de acordo com os resultados obtidos pelos alunos que as frequentam.

Além disso a ideia de que a “escolaridade obrigatória terá de ser entendida sempre na dupla perspectiva da educação/formação e no pressuposto de que uma parte se faz em regime de alternância com as aprendizagens realizadas e as competências adquiridas em ambiente de trabalho” deixa bem claro o conceito que o ministério tem de escolaridade obrigatória de 12 anos: uma escolaridade desigual não só porque coexistirão nela modalidades muito distintas (científico-humanística, tecnológica, profissional, artística e vocacional) mas sobretudo porque a cada uma delas será atribuída diferente dignidade.

Bem pode o Sr. Ministro desdobrar-se em intervenções à comunicação social no sentido de justificar as medidas apresentadas na sua proposta como necessárias para um incremento das qualificações dos alunos à saída do ensino secundário, para um reforço da autonomia das escolas, ou ainda para o aumento do leque de escolhas ao dispor dos alunos que responsabilmente terão de assumir. O que o Sr. Ministro, David Justino, não conseguirá ocultar, pelo menos a quem conhece as suas propostas a fundo, é a sua incontida - mesmo insaciável - vontade de reduzir custos. A qualquer custo. Ainda que isso implique o adiamento do incremento dos níveis de qualificação da maioria dos alunos que passam no ensino secundário, o definhamento da autonomia das escolas e o estrangulamento das saídas profissionais dos alunos em função das escolhas que, muito precocemente, são obrigados a efectuar.



EFICÁCIA PARA QUÊ, SEGUNDO QUEM E EM BENEFÍCIO DE QUEM ?

Muitas vezes, somos levados a apreciar as posições e decisões dos governos em função dos aspectos instrumentais mais visíveis. Num grande número de situações, estamos perante um problema inultrapassável porque a cada momento é urgente dar firme combate ao caminho traçado pelas orientações neoliberais dos últimos governos.

Mas, importa que não se esqueça nunca a necessidade de enquadrar as propostas ou medidas tomadas na área da educação, no campo mais vasto das opções políticas e ideológicas que sustentam o que, por vezes, parece coisa avulsa.

A este propósito e no que à direcção e gestão das escolas diz respeito creio que valerá a pena fazer o esforço de ler o dossier que o Jornal da FENPROF publicou no seu número de Abril'03 e também uma recente publicação das Edições Afrontamento ("Reformas da Educação Pública - democratização, modernização e neoliberalismo" de Licínio Lima e Almerindo Janela Afonso).

Dito isto, vamos à questão que o título sugere.

As palavras chave de todo o discurso construído pelo Governo em torno da problemática da direcção e gestão das escolas são a modernização e o profissionalismo.

E daí ..., porque diabo não podemos aceitar como bons estes dois conceitos para a organização de um modelo de direcção e gestão das escolas ? Exactamente porque o neoliberalismo procedeu a uma reconceptualização e ressemantização dos conceitos e das palavras. Modernização e profissionalismo na gestão das escolas aparecem no discurso do Governo e dos seus comentadores de serviço nas televisões e jornais, associados à gestão empresarial. Na linguagem do Governo, a expressão



administração escolar é muito mais "administração", e muito menos "escolar" (Cf. L. Lima). A gestão empresarial assenta na racionalidade económica, numa boa relação custo/benefício, na capacidade e na eficácia da relação com o mercado, na redução de custos para aumentar a rentabilidade,...

Como diz L. Lima, " mesmo as empresas mal sucedidas constituem [para os defensores da ideia escola/empresa] um bom exemplo a reter, para as organizações públicas não produtivas, no sentido em que fica mais claro que quem não é eficaz não sobrevive".

Mas, na área da educação, a redução de custos nem sempre significa opção pelo progresso e pelo desenvolvimento. O essencial das relações das escolas não se faz com o mercado. A escola não tem clientes, não vende serviços, nem fabrica produtos. Na educação e nas escolas a racionalidade determinante não é económica, mas social, política e educativa. Como todos sabemos, mesmo que fosse desejável, é impossível estabelecer padrões que permitam avaliar a relação custo/benefício (nas escolas isto não é quantificável porque cada escola é um caso).

" O império da racionalidade económica institui a procura da eficácia à escala universal, dispensando a história, menosprezando a pergunta essencial - eficácia para quê, segundo quem e em benefício de quem ?" (L. Lima, op. cit)

Modernização e profissionalismo são palavras que podemos usar quando falamos de educação e de direcção e gestão das escolas. A questão é que o discurso e a prática política do Governo, quando avançam na clarificação dos

**“ O império da racionalidade económica institui a procura da eficácia à escala universal, dispensando a história, menosprezando a pergunta essencial - eficácia para quê, segundo quem e em benefício de quem ?”
(L. Lima)**

conceitos (ainda inacabada no discurso de D. Justino), deixam claro que nem sempre o uso das mesmas palavras faria dizer que falamos das mesmas coisas. Para o neoliberalismo, "a crença nas capacidades reguladoras do mercado, na concorrência e na competitividade, (...), no racionalismo económico, na empresa como sinónimo de organização, nos resultados quantificáveis, no controlo de qualidade ...etc é em boa parte sinónimo e significado essencial de modernização". (L. Lima, op. cit).

Ou seja, a direita e o neoliberalismo estão a tentar construir um novo dicionário.

Francisco Almeida

Membro do Grupo de Trabalho para a Direcção e Gestão das Escolas
Dirigente do SPRC

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

FORMA DE CONSTITUIÇÃO NO QUE RESPEITA AO PESSOAL

INTERVENÇÃO DO SPRC E ATITUDE DOS DOCENTES E AUTARCAS IMPEDEM NOMEAÇÃO GENERALIZADA PRETENDIDA PELA DREC

■ A Direcção Regional de Educação do Centro tentou, de forma insólita e inesperada, nomear os representantes dos professores e dos educadores para os Conselhos Municipais de Educação criados pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, mas não foi bem sucedida nessa sua intenção. Tentativa que incluiu também os representantes dos estudantes. **Esta intromissão da Direcção Regional de Educação no Centro terá sido mesmo o principal motivo de desestabilização de um processo que seria simples de promover, bastando para tal que se respeitasse o princípio democrático da elegibilidade.**

Num primeiro momento a DREC enviou uma carta às Câmaras Municipais, datada de 6 de Fevereiro, onde informava que “no prazo máximo de 60 dias (contado a partir de 1 de Janeiro de 2003)” indicaria os “representantes previstos na alínea d), do número 1, do artigo 5º e nas alíneas c), d), h) do número 2 do mesmo artigo”. Isto é, indicaria os representantes dos educadores de infância, dos professores do ensino básico, dos professores do ensino secundário e das associações de estudantes.

Só que uma boa parte das autarquias recusou aquele processo, a maioria dos docentes repudiou a ingerência da DREC em matéria que não é da sua competência e o Sindicato dos Professores da Região Centro denunciou publicamente, e junto de diversas entidades oficiais e órgãos de soberania, o abuso.

Entretanto, a DREC, através dos seus Centros de Área Educativa, convocou os presidentes dos órgãos de gestão das escolas para reuniões concelhias, algumas com a presença de representantes da autarquia, onde tentou convencê-los a escolherem entre si, sem necessidade de consulta aos colegas ou aos órgãos deliberativos das escolas, os representantes dos docentes para cada CME.

Também esta tentativa de ignorar a vontade dos docentes acabou frustrada, pois a grande maioria dos membros dos órgãos de gestão das escolas que estiveram presentes nas reuniões recusou tal processo. E, por esse facto, os dados que hoje se divulgam são



esclarecedores: a maioria dos representantes dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário resulta de processos diferentes dos que a DREC tentou impor na região centro.

Confrontada com a recusa dos professores de darem guarida às suas intenções mais negativas, a DREC, numa última tentativa de não ser excluída de todo o processo, enviou uma segunda circular às escolas e às autarquias informando que **lhe competia ser mediadora na relação entre aquelas duas entidades.**

Apesar de ultrapassada pelos professores, a atitude anti-democrática da DREC deverá ser registada, pois prevenir-nos-á em relação a outras situações que começam a ser conhecidas, como, por exemplo, a distribuição de alunos pelas escolas para o próximo ano lectivo, nomeadamente no que respeita à atribuição de alunos aos colégios privados ou à transferência de turmas das EB 2.3 para as Escolas Secundárias.

Também os prazos legalmente estabelecidos para a indicação dos docentes para os CME (30 de Abril) não foram respeitados, mas essa é uma questão menor que facilmente será superada.

Constituídos os CME, será tempo do SPRC iniciar uma nova fase de actividade com os colegas que os integram. Nesse sentido, o SPRC procurará alertá-los para as competências do CME e

para as suas responsabilidades naquele órgão. É necessário que os professores assumam o papel que é apenas seu, de técnicos de educação, no que respeita à análise e à posição a assumir perante propostas de reordenamento da rede escolar concelhia. Bem como no processo de aprovação da carta educativa. Do ponto de vista profissional, os doentes que integram os CME deverão opor-se a quaisquer tentativas de ingerência em aspectos como o desempenho do pessoal docente e não docente ou a intromissão em matérias específicas da vida das escolas que são da responsabilidade exclusiva dos seus próprios órgãos.

O SPRC no âmbito da sua intervenção no quadro da FENPROF continuará a bater-se pela revogação deste diploma legal (Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro). Um diploma que não foi negociado com as organizações representativas dos docentes e que sendo do Ministério das Cidades aborda aspectos que não são da sua esfera de competências, tais como o desempenho das escolas e dos professores. Um diploma que não se traduzirá na descentralização e desburocratização do sistema educativo, como diz pretender, mas no reforço da sua centralidade como acontece sempre que a coragem política impede que se vá além da mera desconcentração de tarefas.

LYNCE NÃO QUER REFORMAR. QUER POUPAR DINHEIRO A FERREIRA LEITE.

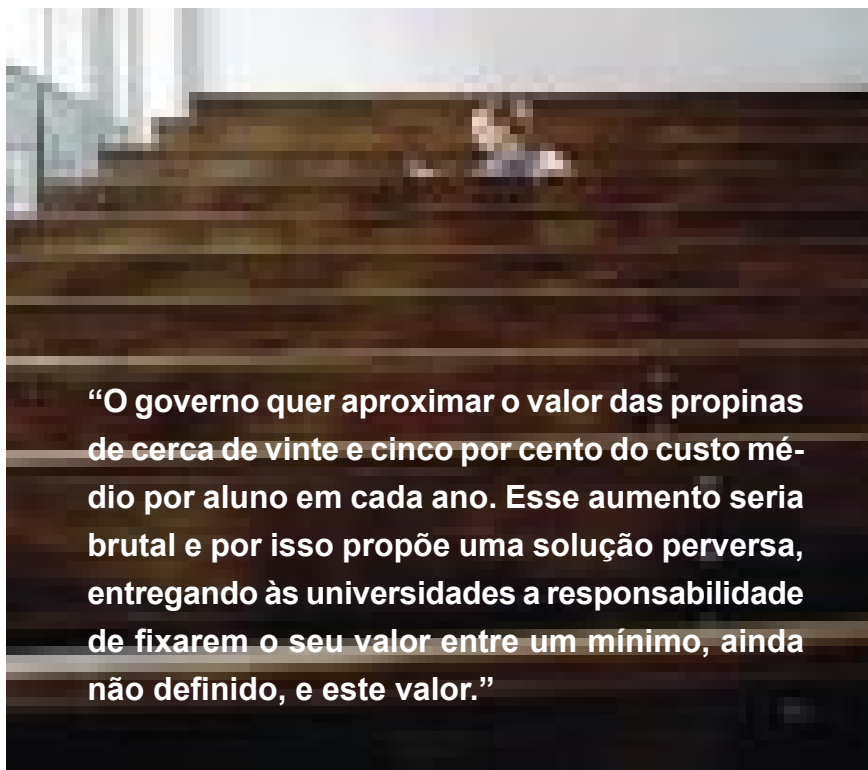
■ Entre generalidades e opiniões superficiais baseadas em conclusões apressadas sobre o Sistema de Ensino Superior, o Ministro do Ensino Superior revela as suas principais linhas de acção política para o sector.

Neste documento que, após um ano de governo e muitos meses de discussão pública sobre uma anunciada reforma ambiciosa para o sector, permanece ainda vago, impreciso e ambíguo sobre as questões estruturantes, percebem-se orientações concretas da próxima acção ministerial.

Elas são o aumento das propinas como solução para o financiamento do sistema, a redução possível no primeiro ciclo de formação superior, à boleia da Declaração de Bolonha, para reduzir custos e a ingerência na autonomia das Instituições. Afirma-se ainda a opção pelo sistema binário de Universidades e Politécnicos, clarificando-se assim algumas ambiguidades que sobre esta questão pontuavam o discurso do ministro.

Aproveitando um parecer de 1994 do Tribunal Constitucional, o governo quer aproximar o valor das propinas de cerca de vinte e cinco por cento do custo médio por aluno em cada ano. Esse aumento seria brutal e por isso propõe uma solução perversa, entregando às universidades a responsabilidade de fixarem o seu valor entre um mínimo, ainda não definido, e este valor. Talvez se tenha inspirado num conhecido Professor e Comentarista que ainda há pouco num debate público na Universidade de Coimbra afirmava nada justificar que as propinas fossem iguais numa universidade de primeira e numa qualquer escola de ensino superior. O ministro não tem é coragem para o fazer e por isso quer envolver os Reitores e Presidentes dos Politécnicos. Os docentes e estudantes com certeza não se deixarão envolver nesta manobra que traria a injustiça e instabilidade às suas escolas. Este é o objectivo principal, mas vem ainda envolvido numa pretensa justiça de o seu valor ser progressivo com o nível de aproveitamento escolar de cada estudante.

Sobre a duração do primeiro ciclo de formação superior apenas se afirma a regra dos quatro anos e não se definem as áreas em que a sua duração deve ser superior. No entanto já existe uma posição do CRUP propondo maior duração para a Medicina, Engenharia e Arquitectura. Esta querela já é antiga, e embora na Medicina a sua maior duração seja óbvia, as escolas tecnológicas



“O governo quer aproximar o valor das propinas de cerca de vinte e cinco por cento do custo médio por aluno em cada ano. Esse aumento seria brutal e por isso propõe uma solução perversa, entregando às universidades a responsabilidade de fixarem o seu valor entre um mínimo, ainda não definido, e este valor.”

e artísticas com cursos de cinco anos têm uma dimensão considerável e por isso, na visão economicista do governo, podem representar uma redução considerável de custos se passarem a ter cursos de quatro anos.

Outra orientação ministerial que transparece no documento, sob a capa de maior responsabilização pela autonomia, do combate ao corporativismo e da ligação à sociedade, é introduzir alterações no governo das instituições através de “representantes do Estado, das autarquias e das associações empresariais e associações de antigos alunos” que lhe cerceiem essa autonomia. Este ministro parece ter dificuldade em conviver com os Reitores e Presidentes eleitos e esquece que já existem Conselhos Consultivos nas escolas com representantes da sociedade civil. Mas a experiência tem mostrado que o peso excessivo de elementos estranhos à vida das escolas nas assembleias eleitorais de alguns Politécnicos só tem contribuído para partidarismos nos seus processos eleitorais.

Ainda um comentário para a forma desastrosa como se afirma a opção por um sistema binário. O texto do ministro é:

“Precisar a definição recíproca da natureza do ensino universitário e politécnico, em torno dos seguintes eixos

conceptuais:

- investigação como direito e dever das universidades;
- experimentação como direito e dever do ensino politécnico;
- carácter mais directamente profissionalizante do ensino politécnico.”

Mas haverá Ensino Superior sem investigação, seja ela teórica, aplicada ou de desenvolvimento experimental? O que é “experimentação” como direito e dever do ensino politécnico? E não haverá desenvolvimento experimental nas universidades?

Concluindo, ao contrário destes temas bastante claros neste documento, as questões estruturantes para sustentar uma reforma do Sistema de Ensino Superior permanecem ainda ao nível de enunciados genéricos, quer neste quer no outro documento anteriormente divulgado para a revisão das carreiras docentes, de modo que não acreditamos em intenções sérias para introduzir correcções reformistas no sistema.

Nuno Ferreira Rilo

Professor da Universidade de Coimbra
Coordenador do Ensino Superior do
SPRC/FENPROF

NO ENSINO DE ENFERMAGEM, O ENSINO CLÍNICO PRECISA DE MEDIDAS URGENTES!

No domínio de Ensino de Enfermagem, a lei prevê a partir de 1999 (Decreto Lei nº 353/99 de 3 de Setembro) a articulação dos Ministérios de Educação e da Saúde para o planeamento estratégico de formação. Mais tarde, a partir do Decreto Lei nº 99/2001 de 28 de Março, é acrescentado outros aspectos ao estabelecimento da parceria entre aqueles Ministérios, nomeadamente:

Artigo 9º, alínea f) - "A definição de princípios orientadores de cooperação e co-responsabilização entre os estabelecimentos de ensino e os serviços prestadores de cuidados de saúde, incluindo um sistema de acreditação periódica destes e dos recursos humanos tendo em vista uma formação de qualidade".

Artigo 10º, alínea c) - "Assegurar através dos serviços prestadores de cuidados de saúde integrantes do Serviço Nacional de Saúde, as condições de aprendizagem para os cursos e garantir os respectivos padrões de qualidade".

Esta matéria não é pouco importante, sabendo-se designadamente que: a duração mínima do ensino clínico/estágios é de 50% para o curso de licenciatura em enfermagem e de 60% para os cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem (conforme a matriz para análise dos planos de estudo destes cursos emitida pela Ordem dos Enfermeiros); o ensino clínico enquanto componente relevante nos planos de estudo dos cursos de enfermagem, deverá ser objecto de observação e de avaliação no âmbito do preenchimento dos requisitos necessários à sua acreditação (Lei 1/2003, no que se refere à avaliação das instituições do ensino superior); o envolvimento dos enfermeiros participantes no ensino destas unidades curriculares tem sido bastante positivo e imprescindível, embora ocorra, num



elevado número de situações, sem um comprometimento formal e obrigatório, sem o seu reconhecimento efectivo como trabalho profissional, e como tal, não é sujeito a contagem de tempo nem a gratificação remuneratória ou de outra natureza.

Contudo, a sua regulação tarda e pelo que se tem vindo a conhecer, através das propostas de lei e respectivas exposições de motivos, não se vislumbra legislação que corresponda aos desafios colocados ao ensino de enfermagem na prossecução dos objectivos fixados para o seu desenvolvimento, nomeadamente, no que se refere à melhoria de qualidade do ensino clínico. Pelas suas características, este ensino, com duração variável e desenvolvimento descontínuo, exige no mínimo:

- a existência de espaços de formação, que facilitem e favoreçam o desenvolvimento de qualidade das práticas de cuidados de enfermagem e a realização de projectos comuns de formação continuada e de investigação, que visem a actualização e a produção de conhecimentos.

- Um planeamento concebido em estreita e mútua cooperação, com enunciados orientadores claros e objectivos para a sua concretização, que apelem à utilização de metodologias reflexivas, à mobilização/transfêrencia de conhecimentos teóricos e à construção das competências profissionais.

- Um envolvimento comprometido, intencional e qualificado das instituições prestadoras de cuidados de saúde, que crie condições de exercício profissional

que não prejudiquem as actividades assistenciais e se possam traduzir em ganhos efectivos de saúde.

- A constituição de grupos, com representantes das instituições envolvidas, que acompanhem a implementação do ensino clínico e que, assim, possam atempadamente garantir uma melhor racionalização dos recursos humanos, técnicos e materiais no sentido de se atingirem níveis de maior eficiência e eficácia.

Para que isto possa acontecer, fica demonstrado que, são insuficientes as medidas políticas que façam exclusivamente apelo à boa vontade e à criatividade dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em enfermagem, se não forem asseguradas as condições e os meios no terreno formativo indispensáveis à realização do ensino clínico com qualidade elevada. Se, naturalmente, houver o propósito de concretizar as disposições normativas e políticas produzidas sobre esta matéria de forma coerente, consequente e responsável.

De facto, para que o ensino clínico se desenvolva com a qualidade que todos desejam, segundo regras de cooperação e de co-responsabilização, é determinante que haja maior envolvimento e se criem outras motivações de natureza política, que não se limitem às preocupações de natureza economicista, mas, que reflectam a sua importância formativa de relevância pública, social e humana. Esta necessidade é urgente, é prioritária!

ESCOLA PROFISSIONAL DE ARTES DA BEIRA INTERIOR VIVE MOMENTOS DE GRANDE INSTABILIDADE

PROFESSORES E FORMADORES ESTIVERAM EM GREVE DE 7 A 12 DE ABRIL COM EXCELEN- TES RESULTADOS DE ADEÇÃO

■ Os professores e formadores da EPABI realizaram uma greve de uma semana, de 7 a 12 de Abril, tendo como objectivos a exigência de:

- melhores condições de trabalho na escola, nomeadamente as condições físicas das instalações;
- condições de estabilidade para o exercício das suas funções;
- democraticidade na organização, direcção e gestão da EPABI e respeito pelas opiniões da comunidade educativa;
- transparência e objectividade na selecção e recrutamento do pessoal docente.

As razões que levaram os professores e formadores a encetar esta forma de luta foram várias, destacando-se, no entanto, as atitudes e posturas anti-democráticas e prepotentes assumidas, nos últimos tempos, pela Direcção Administrativa da escola e pela entidade proprietária da mesma, que têm causado grande instabilidade junto da comunidade escolar:

- marcação de concertos sem o parecer da Direcção Pedagógica, bem como o cancelamento de outros, anteriormente assumidos e aprovados no plano de Actividades da EPABI;
- falta de diálogo e transparência por parte da direcção, que em momentos de crise, não presta qualquer informação, nem pede qualquer tipo de colaboração, ausentando-se e ignorando a comunidade educativa, gerando um ambiente de desconfiança;
- falta de remunerações sem qualquer aviso prévio;
- a notícia da não recondução da actual directora pedagógica sem uma justificação clara e objectiva;
- falta de resposta às tentativas de diálogo empreendidas pelos professores e SPRC.

Apesar do clima de forte pressão e intimidação exercido pela Direcção da EPABI, enviando cartas individuais aos docentes e colocando em causa o próprio pré-aviso de greve e pelas ameaças anti-democráticas do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, que afirmou não poder "tolerar subversões internas nem agitadores", a greve dos professores e formadores obteve uma excelente adesão de 70% no total da semana, tendo sido registado um aumento dos níveis de adesão nos últimos dias (85% e 90,5%, respectivamente). Esta percentagem mostra claramente o profundo descontentamento que grassa no corpo docente



da escola e demonstra a decisão dos professores e formadores de resistirem e lutarem corajosamente contra uma política marcada pela falta de transparência e diálogo que tem posto em causa a estabilidade necessária para o exercício das funções docentes, para o futuro dos alunos e da própria escola.

Os próprios alunos, pais e encarregados de educação têm-se mostrado solidários com a luta dos professores e também eles se envolveram em iniciativas de protesto contra a atuação da Direcção da EPABI.

A luta dos professores e formadores da EPABI teve já um resultado prático, que foi o facto de a Direcção da escola ter sido obrigada a reunir com alunos, com pais e encarregados de educação e com o SPRC, para esclarecer a situação que se vive na EPABI. Está também já anunciada a realização de uma reunião da Direcção com os professores e formadores.

Esta luta não terminou nesta semana de greve, bem pelo contrário, este é apenas o começo de uma luta que continuarão a desenvolver, cada vez com mais força e determinação. Após a reunião com a Direcção, caso as suas reivindicações não sejam atendidas, os professores decidirão outras acções de luta, podendo eventualmente ser convocada nova greve.

Finalmente, o SPRC responsabiliza a Direcção da escola e as suas entidades proprietárias por todo o clima de instabilidade criado, onde a bem dos alunos e do desenvolvimento do ensino profissional da Música, era suposta outra atitude

Educação Tecnológica sem Par Pedagógico

■ A circular n.º 3 de 2002, do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação, estabelece que as aulas de Educação Tecnológica sejam leccionadas apenas por um professor e sem desdobramento de turmas.

A FENPROF, tendo em conta os pressupostos pedagógicos específicos desta disciplina, assim como o uso de materiais e instrumentos potencialmente perigosos para os alunos sem um adequado acompanhamento por parte do professor, decidiu enviar aos Coordenadores de Departamento e Delegados de Disciplina de Educação Tecnológica o texto do abaixo-assinado a seguir transcrito, a fim de que todos os professores envolvidos o possam assinar e o enviem para a sede do S.P.R.C. até ao próximo dia 15 de Maio.

Abaixo-assinado

Os professores signatários, docentes de Educação Tecnológica, manifestam-se contra as orientações emanadas do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação através da Circular n.º 3/2002, onde se prescreve que a disciplina será assegurada por apenas um professor, não havendo lugar a desdobramento da turma.

Face às dificuldades colocadas à concretização dos objectivos da disciplina, assim como ao perigo para a própria integridade física dos alunos e docentes derivado do manuseamento de material específico que esta medida poderá implicar, os abaixo assinados exigem a revogação da circular acima referida e a reposição do par pedagógico na leccionação da disciplina de Educação Tecnológica ou a possibilidade de desdobramento das turmas.

**RECOLHER E ENVIAR PARA AS SEDES DOS
EXECUTIVOS DISTRITAIS**



A MULHER E A CULTURA

Anabela Sotaia

Coordenadora Adjunta do SPRC

Na passagem de mais um ano sobre um dos mais célebres e difíceis combates da sociedade, nomeadamente das mulheres, em defesa da dignidade, da igualdade de oportunidades e da efectivação dos seus direitos enquanto trabalhadoras, o SPRC assinalou o Dia Internacional da Mulher com a realização de um Encontro subordinado ao tema “A Mulher e a Cultura”.

Reflectir e questionar o papel da mulher na cultura portuguesa foi o objectivo e desafio que propusemos às várias intervenientes nesta iniciativa, personalidades femininas provenientes de variadíssimas áreas da vida cultural portuguesa, desde as artes às letras, da música ao teatro, passando também pelo cinema.

Procurando identificar a sua forma de estar no espaço cultural português, mas ao mesmo tempo conciliando a sua intervenção enquanto profissionais e actores sociais, os testemunhos partilhados por estas mulheres reflectem uma consciência específica do ser Mulher e de como tal é factor de diversidade e enriquecimento das sociedades e das suas culturas.

Entre sucessos e obstáculos, encontrados ao longo das suas vidas profissionais e num ano em que a política do actual Governo incide particularmente nos ataques aos direitos das Mulheres, quer através das restrições impostas à Lei da Maternidade ou na imposição de condições de trabalho que penalizam essencialmente as mulheres trabalhadoras, fazendo-nos regredir a tempos distantes, as intervenientes colocaram a tônica na necessidade de mudança radical do pensamento social e político instituído por homens e para os homens.

Não quisemos deixar de partilhar a grandiosidade e a riqueza destes testemunhos e por isso resolvemos reunir, sob a forma de Cadernos Pedagógicos, algumas das intervenções proferidas no Encontro “A Mulher e a Cultura”.

Esta é também uma forma de homenagear a memória das mulheres de Nova Iorque de há século e meio e de muitas outras que perderam a liberdade e a própria vida em luta pelos direitos de que hoje (ainda) usufruímos! ■



HÁBITOS CULTURAIS PROFUNDAMENTE ENRAIZADOS

Adília Alarcão

Conservadora e Directora do Museu Machado de

8 de Março era tempo de ser um dia de festa, apenas. Mas ainda é de luta, também, por direitos que em teoria a mulher possui mas o quotidiano lhe nega.

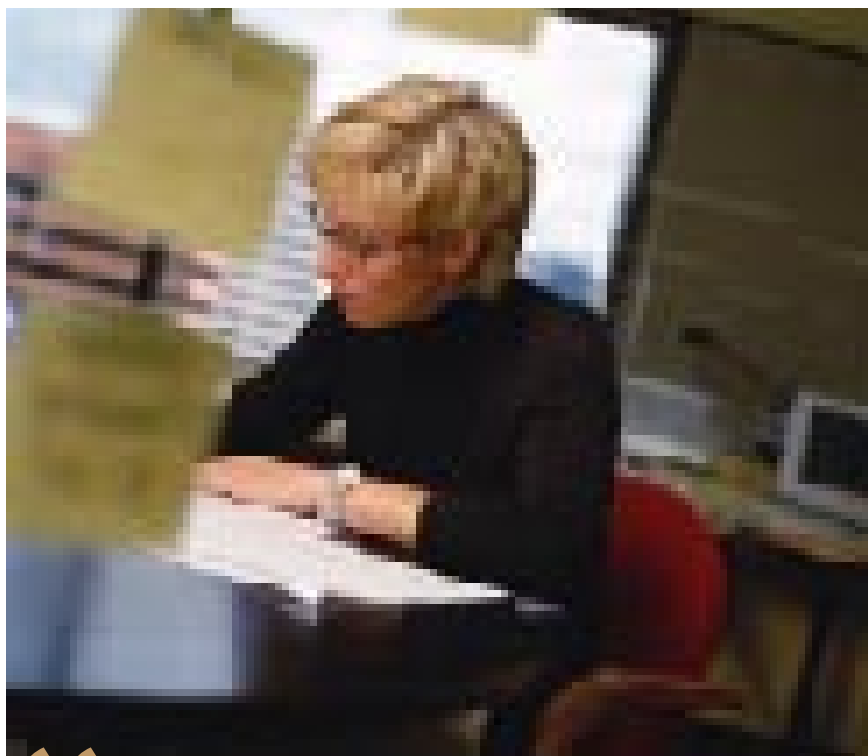
Nos últimos vinte e cinco anos, fruto das “conquistas de Abril”, estimuladas por um contexto internacional favorável, as condições de participação da mulher portuguesa nos diversos sectores da vida mudaram muito.

Os homens, mas também as próprias mulheres, habituaram-se à ideia de que as profissões não se conjugam apenas no feminino ou no masculino, aprenderam a coabitar em pé de igualdade “objectiva” nas lojas, nos escritórios, nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, nos tribunais, nas forças armadas, no parlamento, em muitos outros lugares de profissão. No entanto, continua a ser necessário analisar e tornar objecto de discussão alargada, de consciencialização pela sociedade em geral, as limitações - não apenas sociais - que se colocam ao exercício profissional das mulheres.

Hábitos culturais profundamente enraizados, ao longo dos séculos, têm uma força que nenhuma constituição ou revolução podem extirpar. A sua evolução, lentíssima, exige que os actuais e os futuros governantes respeitem a resolução adoptada em Junho de 2000, durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, que garante o direito, sem discriminação, dos dois sexos, à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Aliás, essa era já uma conquista traduzida na revisão constitucional de 1997, exigindo que as leis do trabalho não conheçam recuos que dificultem, em vez de facilitarem, as mudanças.

São muitas e diversas as mudanças necessárias, mas, para que elas se tornem profícuas e irreversíveis, é na esfera doméstica que tudo deve começar.

Enquanto aceitarmos que ao homem



“**Continua a ser necessário analisar e tornar objecto de discussão alargada, de consciencialização pela sociedade em geral, as limitações - não apenas sociais - que se colocam ao exercício profissional das mulheres.**”

apenas compete “ajudar” em tarefas domésticas em vez de assumi-las, como assumir deve a casa, os filhos, os pais em toda a sua complexidade; e que, simetricamente, o emprego da mulher não significa mais do que um complemento, indispensável ou apenas confortável, para o orçamento familiar, o princípio ético da dignidade humana não está assegurado e a igualdade de direitos entre homens e mulheres não passa de uma ilusão.

A mulher não pode furtar-se aos deveres familiares em nome da profissão, mas basta de ouvi-la confessar a sua culpabilidade em relação ao acompanhamento dos filhos ou ao conforto do marido, por causa do tempo que os

deveres profissionais “lhe roubam”.

Para ambos, esses deveres devem poder equivaler a prazeres, o que só sucede num universo verdadeiramente partilhado.

Enquanto, para se realizar como pessoa, a mulher tiver de ser uma supercriatura, nem ela nem o homem que, consciente ou inconscientemente, aceita ou exige tal esforço, poderão sentir-se livres.

Neste, como noutros aspectos da sociedade, a esperança reside na educação das crianças para quem, em todos os tempos e lugares, os ensinamentos estruturantes do seu desempenho adulto são hábitos adquiridos no quotidiano da sua infância. ■

O FRUTO NA ÁRVORE CONTIDO

Matilde Rosa Araújo
Escritora, Professora

O papel da Mulher na sociedade actual tem um rosto muito diferente daquele que se podia olhar no tempo já tão distante da minha juventude. Este rosto, hoje, frui o estar no campo livre da Democracia.

A tantos anos de distância posso avaliar serenamente quanto em silêncio ou em voz frontal, foi vivido pela Mulher o sonho de libertação, de uma profunda viragem num mundo ao qual tinha direito de pertencer. Embora grande parte do povo feminino, pelas condições a que se sujeitava, não pudesse alcançar a realização plena de tal direito. Embora o pressentisse e até o soubesse.

O papel da Mulher no Mundo, silenciado ou não, foi vital. Enriquecedor de amor e de afectos, para além de criador de construção do dia-a-dia. Sem a voz a assegurar a sua identidade. Face luminosa de vida perdida num nevoeiro sócio-cultural.

A grande escritora dos tempos de hoje Lídia Jorge afirma num testemunho sobre o século XX e a Evolução de Estatuto da Mulher (8 Março, 99 Junta da Freguesia de São Domingos de Benfica):

“É costume dizer-se que durante o séc. XX, finalmente, as mulheres aprenderam a ler e a escrever a sua própria vida.

Quando o dizemos, temos em mente a escolarização progressiva das mulheres, o acesso à cultura das Artes e das Letras, o acesso às Universidades e ao mundo empresarial e do trabalho, à participação nas votações democráticas, ao mundo do Direito e da Ciência, da Técnica e da Tecnologia.

Também estamos a pensar num mundo infundável de nomes que, ao longo deste século, demonstraram como as cabeças das mulheres não serviam apenas para pentear e pôr chapéus”.

Quanta razão tem Lídia Jorge!

Aprender a ler e a escrever a própria vida. E na leitura e na escrita, assumir o património de identidade que tal património representa. Assunção tardia, de árdua conquista.

De Sórora Mariana, da sua janela de Beja, voz de um abismo manso de amor impossível (e será sua essa voz?), voz de clausura, até ao canto luminoso, rasgado de Florbela, podemos encontrar os mesmos ferros que condenaram a

confissão escrita da Mulher. Da sua própria vida, do mundo que a cercava.

Florbela, no século XX, pagou bem cara a liberdade do seu canto.

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa são em 1974, as três escritoras do chamado “processo das Três Marias”, após a publicação conjunta das “Novas Cartas Portuguesas”.

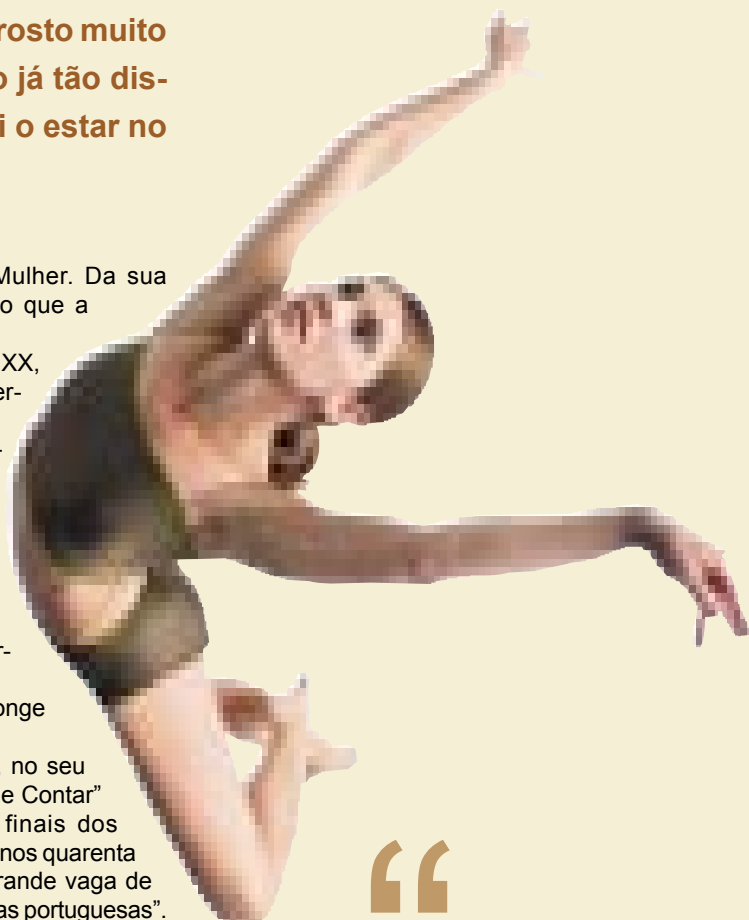
Sórora Mariana tão longe e tão perto...

Ana Paula Ferreira, no seu belo livro “A Urgência de Contar” considera que “entre finais dos anos trinta e finais dos anos quarenta se regista a primeira grande vaga de autoria feminina das letras portuguesas”. Nessa recolha de contos de mulheres dos anos 40, no estudo crítico que a antecede, afirma: Não será, por mera coincidência que tantas obras de ficção de autoria feminina surjam justamente a abordar a velha, mas afinal, sempre nova questão da mulher”.

A maturação da liberdade confessional da escrita pela mulher dava os seus frutos ficcionais. E não me quero aqui prender no conceito de escrita no feminino, pretendo relevar a autoria da escritora mulher.

Tive o privilégio de conhecer, conviver com muitas dessas autoras antologadas, muitas hoje já fora do mundo dos vivos, admirar de perto a sua caminhada. Não digo que ombream com a voz do homem. A sua voz só queria, e merecia, ser ouvida. E foi. E aqui quero fazer justiça sem qualquer condescendência, à camaradagem sã e fraterna do homem escritor.

Não quero relevar nomes, e a tantos me ligou um afecto convivencial, vindo mesmo dos tempos de estudante da velha Faculdade de Letras de Lisboa, embora a memória de Maria Judite de Carvalho me acompanhe em evocação



“

O papel da Mulher no Mundo, silenciado ou não, foi vital. Enriquecedor de amor e de afectos, para além de criador de construção do dia-a-dia. Sem voz a assegurar a sua identidade. Face luminosa de vida perdida num nevoeiro sócio-cultural.

”

comovida.

E caminhando até à minha infância, tão longe! Lembro Maria Lamas, irmã da minha professora da instrução primária Dona Joana Vassalo. Foi uma estrela para a minha infância demasiado solitária. Maria Lamas que escreveu os preciosos volumes de “As Mulheres do meu País”, saga da condição da Mulher em Portugal, saga dorida de quem sabia olhar, criticamente amar.

Paralela a esta saga da Mulher, sabemos de uma outra que lhe está subjacente a da Criança. História ainda hoje dramática e cruel. E quem diz história da Criança diz a história do Homem. A sua raiz.

Mais tarde, não a saberia esquecer neste contexto de escritoras do século XX, tive o encantamento de conviver com Irene Lisboa. Mulher de escrita tão rara, de dimensão trágica na arena fria da solidão. Solidão. Notas do punho de uma Mulher.

Da sua exemplar e amarga vida de escritora, recolho estas palavras: *“Jamais quem escreve se devia importar (mas importa-se) de lhe escassearem os leitores, os amigos, as afinidades, a expansão, os reflexos.*

Quem chega à convicção de que só se é livre pela isenção e pelo despojamento? De que só se é livre, leve, desembaraçado, pelo desinteresse?

Ninguém. Porque o coração pede, o espírito espera, exige, ambiciona”

Neste despojamento a conheci até à sua morte.

Tanto há para dizer da escrita das Mulheres do século XX!

Libertas, embora ainda com um passado próximo de silêncio, de silêncios. Mas na súbita consciência que dá o título de um pequeno poema de Natália Correia:

*Em mim se resolve
O alto sentido
Do fruto na árvore
Incontido.*

Pág. 95 “O sol nas Noites e o mar nos Dias I”
O fruto na árvore contido.

Esse fruto que foi escrito pelo punho de uma mulher, de muitas mulheres.

E não quero esquecer a especificidade de uma escrita que, tantas vezes injustamente, é alienada da atribuição do título de escritor aos seus criadores. A de jornalista. É verdade que o jornal tem de responder ao imediato e, de certo modo, arriscar uma condição demasiado efémera. Mas como recordo a excelência profissional, humana e literária que pude conhecer pelos jornais e pela convivência com muitos jornalistas. De ontem e de hoje. E as mulheres, também neste campo, não estiveram ausentes. E, hoje, temos a alegria e a honra da presença corajosa e digna de Diana

Andringa.

E lembro, para além do jornal, a valia das revistas dirigidas à Mulher algumas de relevância notável.

O tempo já vai longo, mas permitam-me recordar o nome de Maria Lúcia Namorado que, com lúcido amor e sentido cívico, criou e dirigiu, até ao fim, em tempos difíceis, a revista “Os Nossos Filhos”.

A Mãe e a Criança com ela tiveram um apoio valioso, discretamente empenhado.

Não quero esquecer ainda a autoria feminina no campo da Literatura para a Infância e Juventude. Literatura da qual a Mulher, durante séculos, foi transmissora pela oralidade. Considerada, como literatura menor, o seu reconhecimento faz parte da assunção dos Direitos da Criança, tão tardiamente reconhecidos. E, hoje ainda, tão pouco amados, respeitados.

Garrett, nas horas amargas de desferro, evocava com saudade as xácaras e romances populares de maravilhas e encantamentos... que, em pequeno, lhe cantavam a velha criada Brígida e a boa Rosa de Lima... In “Para a História da Literatura Popular Portuguesa” de M. Viegas Guerreiro.

O fruto na árvore contido. Tudo isto é e tanto!

Sophia de Mello Breyner, que iluminou com a pureza da sua Poesia o século passado, hoje felizmente ainda viva, símbolo de um tempo, escreveu este poema em 1944 (Poesia I):

Apesar da ruínas e da morte,

“

Mas como recordo a excelência profissional, humana e literária que pude conhecer pelos jornais e pela convivência com muitos jornalistas. De ontem e de hoje. E as mulheres, também neste campo, não estiveram ausentes.

”

*Onde sempre acabou a ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,*

*Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias.*

Estas mãos que nunca ficam vazias são as mãos de todas, de todos nós. ■



A MULHER NA SOCIEDADE ACTUAL ?????

Diana Andringa
Jornalista

Um grande poeta português explicou-me um dia o seu fascínio pela rádio, mas também a inquietação que, por vezes, ouvi-la lhe causava: “As palavras interpelam-me”, disse ele. E explicou-me que, por vezes, lançavam tal catadupa de outras palavras em busca do sentido exacto daquela que ouvira que era forçado, esgotado, a apagá-la e a tentar desligar-se, ele próprio, do que ouvira.

Assim fiquei eu perante a ideia de falar sobre “A mulher e a cultura”. Que mulher? Eu, jornalista, mulher? Todas as jornalistas? Mas que sei eu de todas as outras camaradas do mesmo ofício? Todas as mulheres? Dessas sei ainda menos. Uma mulher ideal, pensada a partir de todas as restantes? E como saberei eu encontrar a exacta média de todas as mulheres? E depois, que significa Cultura? Falamos de cultura letrada ou de cultura popular? “Mainstream” ou marginal? E o que se pretende saber sobre a relação entre ambas? Se há tal coisa como uma cultura de mulheres, oposta a uma cultura de homens? Se é mais difícil para uma mulher aceder à cultura, seja para a apreender, para a usufruir ou para a co-produzir? Como age a mulher como veículo de cultura?

Perdida entre as minhas dúvidas, tudo o que consegui trazer-vos sobre um tema que, confesso-o desde já, nunca investiguei - fosse qual fosse a vertente atrás sugerida - são ideias soltas que certamente só farão sentido pela leitura que cada um de vós possa fazer delas. Na dificuldade de encontrar a média, proponho-vos falar desta mulher que sou - e de encontros e desencontros de culturas. O que vos vou contar é a minha própria experiência, a única que consegui como objecto de estudo. Se isso servir para nascer dentro de vós outras ideias que por sua vez vos interpelem, talvez os organizadores não sintam o convite como inteiramente perdido.

Gostava de vos dizer que tive, desde pequena, uma grande sorte, que ao mesmo tempo é uma terrível perda: é que nunca tive uma só cultura de referência, e sinto-me terrivelmente ignorante sobre o que possa ser a cultura portuguesa.

O meu pai era filho de um holandês falador de 13 línguas e defensor do



esperanto, e de uma espanhola que guardou, até ao fim, uma imensa dificuldade em falar português. A minha mãe era uma portuguesa de segunda, nascida em Angola de pais transmontanos. Eu própria nasci em Angola e passei a minha primeira década entre lá e cá, misturando os sons da música portuguesa tocada na rádio com os dos batuques que o vento trazia à noite das aldeias, a sonoridade do português com a do francês, falado pelos meus padrinhos, do inglês dos noticiários que o meu pai seguia em estações estrangeiras, do luba e do quicco falado pelos negros; dividida entre a severidade da missa em latim rezada por missionários de batina branca e a espécie de Missa Luba cantada pelos negros que assistiam à primeira missa da manhã, onde os

**Uma mulher ideal,
pensada a partir
de todas as restantes?
E como saberei eu en-
contrar a exacta média
de todas as mulheres?
E depois, que significa
Cultura? Falamos de cul-
tura letrada ou de cultura
popular? “Mainstream” ou
marginal?**

colonos faltavam., o espírito de tarefa, o egoísmo. Num país onde os salários continuam baixos, o desemprego aumenta, mas não aumentam igualmente os equipamentos sociais que podem tornar mais fácil a vida das mulheres, onde a violência continua a ser sorte de muitas delas - com tudo quanto de destrutivo da personalidade acarreta - não sei se cada uma de nós consegue passar a cultura que gostaria de passar - aquela em que gostaria de ter vivido.

Dou por mim, muitas vezes, a pensar quanto do que de liberdade de pensamento me deram em criança consegui resistir aos anos que se seguiram. E não estou certa de, dos largos espaços de África, das culturas diversas dos meus avós, não ter sido reduzida a esta coisa baça e temerosa que era a sorte das mulheres do país de que sou nacional, à data em que nasci. Não sei se, ainda hoje, seria capaz de desenhar sem medo estrelas diferentes das de 5 pontas que as outras meninas desenhavam tão bem.

Mas sei que já me meteram muitos medos. Tantos, que se não vos falei de cultura foi por não estar certa que saiba falar-vos disso, e temo o efeito das estrelas mal desenhadas e das citações menos apropriadas. Até porque essas são também, ainda hoje, armas usadas para calar as mulheres. E porque quanto mais oiço falar de interculturalidade mais me parece que desenharam à nossa volta grades invisíveis da cultura aceitável. De pensamento único.

E as grades invisíveis são as piores de todas, porque contra elas esquecemo-nos, muitas vezes, de lutar.

Uma velha professora primária mostrou-me a beleza do português no Estatuário de Vieira - "Arranca o estatuário um pedra dessas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e, depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão, e começa a formar um homem, - primeiro, membro a membro, e depois feição por feição, até à mais miúda; ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos; aqui desprega, ali arruga, acolá recama; e fica um homem perfeito, e talvez um santo que se pode pôr no altar ..." - mas eram franceses muitos dos livros que lia e, ainda hoje, teria a máxima dificuldade em dizer se é mais minha a língua de Jorge de Sena, Herberto Helder e Ramos Rosa ou a de Malraux, Camus e Semprun, embora a deterioração do meu francês me force a perceber que é a primeira.

Não tendo herdado o talento pa-

terno para as línguas, habituei-me mesmo assim, desde pequena, a usar 3 línguas quando falava comigo mesma: português para os assuntos correntes, francês para pensamentos e emoções, inglês para a ironia.

Numa coisa fui ensinada sempre: na curiosidade de saber, na ideia que qualquer livro que se lesse, mesmo da Corín Tellad - que representávamos entre irmãos durante as epidemias de gripe - era melhor e mais útil que não ler. Que ninguém detinha saber supremo - mas que tentar esse saber era uma obrigação, que me fazia ter crises de asma quando falhava os terríveis problemas de torneiras...

E outra: que as culturas eram muitas e diversas, e nenhuma prevalecia sobre as outras. Que a Bambila tocada em kissange podia provocar emoções idêntica às de um trecho de Bach. Que o Pensador do Museu da Lunda não ficava atrás do de Rodin, era simplesmente outro. E que se era bom ler os clássicos da literatura, não devíamos desprezar as lendas da cultura oral - nem, naturalmente, a banda desenhada...

Esta cultura aberta e plural não me tornou a vida fácil: no Colégio, era suposto que havia coisas a saber e coisas a desconhecer, que o Novo Testamento se devia conhecer e o Velho desconhecer, que dos Lusíadas deviam ser lidos todos os Cantos menos o Nono; que havia países bons, que se deviam estudar, e países maus, que deviam ser ignorados; que a independência da Pátria era uma coisa boa, se a Pátria era Portugal e os inimigos os espanhóis; mas que a mesma independência era péssima, se em causa estavam Dadrá e a Pragana de Nagar-Aveli e eram outros que contra nós a reclamavam; no Liceu, que os existencialistas não mereciam ser estudados nas aulas de filosofia.

Em casa, o meu pai dizia-me que todos os livros podiam ser lidos e que o único pecado era a ignorância. E não só os livros: lembro-me de chorar por ter tido uma negativa porque pintei a noite de negro com estrelas que eram círculos com estranhas côres, e de como o meu pai me disse que também Van Gogh tinha sido criticado, mas que não devia haver em arte regras absolutas.

A única regra absoluta era a liber-



“

Sei que as meninas eram as primeiras a sair da Escola, as últimas a poder ambicionar prosseguir estudos, aquelas a quem mais facilmente se admitia a desistência de um curso: casar e ter filhos, era essa a Cultura da Mulher.

”

dade de discutir: lembro-me de como era possível, num almoço ou num jantar, discutir-se a existência de Deus, a fé católica, o direito à eutanásia e ao suicídio.

Foi duro descobrir que esta era uma estranha cultura, que não servia de nada num país em que o pensamento era menos livre ainda que a palavra, e onde não havia clima para que mil escolas de pensamento rivalizassem, para citar uma frase maoísta, das que também fazem parte do meu património cultural. Que o meu dever de estudante parecia ser decorar e não compreender. E que incomodava profundamente a maioria das pessoas com quem me relacionava, porque, sendo de sexo feminino, me arrogava o direito a ter opiniões.

É talvez esta uma das razões pelas quais me é difícil falar de Mulher e Cultura: porque sei que este caldo de cultura em que vivi era raro na minha geração, mais ainda na da minha mãe, que, sendo mulher, não deveria almejar a mais que ser uma excelente dona de casa, tocar piano e falar francês. E sei que era uma questão de classe social: ainda recentemente uma colega da escola primária (tive também a sorte a ter feito numa Escola que se chamava “Associação Protectora das Meninas Pobres”, o que serviu também para abrir horizontes) me contou como, sendo uma aluna brilhante, apesar de ter de decorar tudo nas aulas, porque em casa não havia tempos livres nem cadernos e livros para estudar, e havendo uma professora que queria dar-lhe condições de continuar a estudar, a responsável da Escola comentou: “Não há que pô-la a estudar - já tem bom corpo para trabalhar.”

Sei que as meninas eram as primeiras a sair da Escola, as últimas a poder ambicionar prosseguir estudos, aquelas a quem mais facilmente se admitia a desistência de um curso: casar e ter filhos, era essa a Cultura da Mulher.

Casar e ter filhos no medo: ainda me lembro de, calouira de Medicina, ouvir uma colega mais velha contar do medo que tinha da relação sexual, da gravidez: e eu espantada a olhá-la, sem perceber como podia a ciência conviver assim com o obscurantismo.

O tempo de Faculdade foi, nesses idos de 64/65, um tempo de revelação: afinal, os Subterrâneos da Liberdade diziam-nos respeito, afinal, tinha de me ocupar de política, porque a política, essa, ocupava-se de nós: a prisão de dezenas de estudantes no dia 21 de Janeiro de 65 foi um grande factor de culturização para mim, e ensinou-me como, para lá dos poemas que já escrevia, havia outras coisas mais urgentes

a escrever. E quando, inocente, escrevi que, ainda que fossem de facto comunistas, como o regime alegava, tinham o direito a ser por nós defendidos, percebi de repente que era política que estava a fazer: como a personagem que de repente descobre fazer prosa...

E depois foi Lisboa, o cinema, o teatro, as longas discussões onde a política se misturava à literatura, à psicanálise, à crítica de cinema, onde, mais do que nas aulas, se rasgavam novas ideias, novas dúvidas, novas perplexidades - a extraordinária noção de estar vivo que o risco traz.

E perceber que tudo estava também nas palavras dos poetas, que cabíamos inteirinhos no “Estou vivo e escrevo sol!” de um Ramos Rosa, nos encontrávamos no Herberto Helder de Os Passos em Volta, odiávamos aqueles que queriam transformar-nos em funcionários cansados - e antevíamos a prisão e o risco de traír em A Longa Viagem, de Semprun, ou A Cebra-Cega de Vailland e nos parecia evidente que a Escrita de Deus passava nas manchas do jaguar - e nas nossas próprias palavras...

E depois a chuva, as grandes inundações de 67 encarregaram-se de nos fazer conhecer outra realidade: a das pessoas que morrem quando há cheias, porque as casas são frágeis e as condições nenhuma. E empurraram-me para o jornalismo...

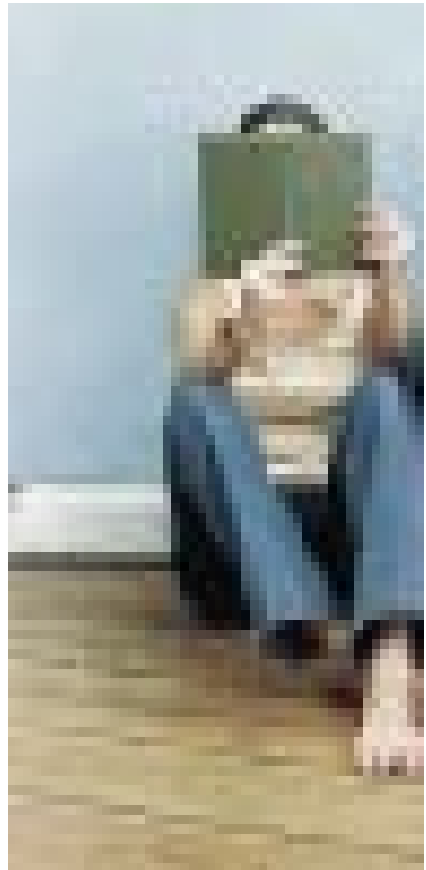
.... apenas para perceber que um republicano podia estar de acordo com um fascista em que as mulheres servem é para conser meias, quando muito casar e ter filhos: foi assim que para o meu primeiro emprego como jornalista, abandonada a Medicina, tive de entrar como tradutora, porque o director não admitia que uma mulher escrevesse por sua própria iniciativa. Isto quando havia já, nas redacções, algumas mulheres que faziam excelente trabalho, e de que citei apenas - com desculpas a todas as restantes, que sabem o respeito que por elas tenho - aquelas com quem, nesses anos, mais convivi, a Antónia de Sousa e a Maria Antónia Palla.

Por essa altura já tinha aprendido muitas outras coisas. Por exemplo, que quando se quer vencer um homem numa discussão se lhe rebatem os argumentos, mas quando se quer vencer uma mulher se fazem insinuações de mau porte moral... Que em muitas das questões de costumes não se distinguem no privado a esquerda e a direita. Que pensar pela própria cabeça é mal visto nos mais variados quadrantes - e que um dos problemas de Portugal era que, mesmo quando Império, mesmo derramando-se pela emigração, era demasiado pequeno, demasiado fechado, e nos fechava a

“

Numa coisa fui ensinada sempre: na curiosidade de saber, na ideia que qualquer livro que se lesse, mesmo da Corín Tellad - que representávamos entre irmãos durante as epidemias de gripe - era melhor e mais útil que não ler. Que ninguém detinha saber supremo - mas que tentar esse saber era uma obrigação, que me fazia ter crises de asma quando falhava os terríveis problemas de torneiras...

”



todos na sua pequenez. Como se não pudéssemos sair nunca do Portugal dos pequeninos...

Tinha também aprendido que uma mulher não podia passear sózinha numa rua sem ser provocada verbalmente, não podia entrar sózinha num café ou num restaurante sem ser comida com os olhos, que éramos uma espécie cinagética sem defeso. E esse é um traço tão importante da cultura portuguesa que, educada livre, ainda hoje chego atrasada a todos os encontros em restaurantes, para evitar esse embaraço da espera, sózinha, exposta como uma peça de caça... E não me espantou que, quando, em 73, passei pela Holanda e me habituara já a poder mover-me em paz, o único grupo que me incomodou e à amiga com quem viajava fosse português.

Esse peso, essa sensação de menoridade faz parte da minha cultura, por muito que a deteste. Como fez parte, sempre, a partir dos 17 ou 18 anos, a necessidade de pensar se, sim ou não, se devia fazer a guerra, correr o risco de ser morto ou de matar, se se corria o risco de ser preso - e, pior ainda, o de traír. A cultura da nossa geração não é uma cultura fácil, os nossos anos 60 não são só Beatles, drogas e rock'n'roll.

De tudo isto se fez o percurso para o jornalismo. A entrada nele como uma militância, a noção de que com as palavras se pode mudar o Mundo. Com as nossas e com as dos outros - porque pertencemos a uma geração de jornalistas que entendia dar a palavra aos outros, mas não como nos reality shows de hoje: com infinito respeito, com o dever de darmos voz a quem não a tinha, e de dignificar as suas palavras.

Estender um espelho à frente do país: olhemo-nos nele e vejamos como somos por vezes mesquinhos e hipócritas e cobardes; como recusamos o risco e a aventura, nós, que enchemos a boca com os feitos dos navegadores. E como somos, por vezes, fascinantes e belos e como temos tanta gente que vale a pena mostrar. O espelho do jornalismo diário, o que vai mal; o espelho do documentarismo, o que vale ser mostrado.

O país, entretanto, mudou muito. As mulheres são hoje a maioria dos alunos das nossas Universidades. O acesso ao saber e à cultura deixou de lhes estar vedado. Mas são pouquíssimas ainda nos centros de decisão e de poder, nos que forjam a cultura de um país.

E depois é tão curto o tempo de estudante... A seguir vem o emprego - se tudo correr bem - e a casa e os filhos - e diminui o tempo para o cinema, o teatro, os recitais, as exposições. E mais tarde, quando os filhos já são maiores, chega a vez de tomar conta dos pais.

Insensivelmente, é sobre elas que recaem as duplas e triplas tarefas. E elas passam a gerir a memória do que foram, cansadas demais para continuarem a armazenar.

E, sem quererem, quase sem notarem, passam para a geração seguinte os erros de que foram vítimas. Sabendo como são duros os tempos, ensinam aos filhos uma necessidade de sucesso que fazem deles e delas crianças vergadas a afazeres múltiplos, correndo entre as aulas, o ballet ou a ginástica e a natação, desaprendidas de como perder tempo - e da criatividade que há nesse perder tempo.

Sim, as mulheres passam a cultura de geração em geração. Não sei é se conseguem passar uma cultura de solidariedade, de alegria, de afectividade - ou se a responsabilidade que sobre elas se abate as impele a acentuarem a competitividade.

“

O país, entretanto, mudou muito. As mulheres são hoje a maioria dos alunos das nossas Universidades. O acesso ao saber e à cultura deixou de lhes estar vedado. Mas são pouquíssimas ainda nos centros de decisão e de poder, nos que forjam a cultura de um país.

”



UMA CASA NOVA... ...MAS COM GENTE DENTRO E COM DIGNIDADE!

■ As boas notícias devem ser festejadas! E os bons gestos saudados! Não se tratará ainda de colocar a primeira pedra daquilo que virá a ser o Conservatório de Música de Coimbra; desenhar-se-á, contudo, o primeiro risco de um novo episódio (acreditemos que o último) da reivindicação de uma casa digna para o ensino da música em Coimbra. Pesem embora todas as dúvidas acerca de como vão ser projectadas e levantadas as paredes do Conservatório, na cerimónia que teve lugar na Câmara Municipal de Coimbra o Estado e a Autarquia comprometeram-se a dar um impulso, naturalmente louvável, ao ensino da Música nesta Cidade e região.

Estamos a falar de uma casa nova, herdeira de uma casa antiga habitada por alunos, docentes e funcionários e empenhada, desde a sua criação em 1985, em cumprir a sua tarefa de educação artística e para a cidadania dos nossos jovens, mas também em constituir-se pólo de dinamização cultural, numa perspectiva de intervenção na sociedade portuguesa contemporânea, que se pretende moderna e culturalmente desenvolvida. Um tal propósito não se compadece com a situação profissional actualmente vivida pelos docentes dos Conservatórios.

Um pouco de História

Os actuais Conservatórios tiveram como origem o Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de Julho, que, entre muitas medidas de reformulação do ensino da Música, dividiu os antigos Conservatórios Nacionais (conferentes, à época, da máxima habilitação) em duas instituições: os actuais Conservatórios de Música, hoje tutelados pelo Departamento do Ensino Secundário, e as Escolas Superiores de Música de Lisboa e Porto (entretanto integradas nos Institutos Politécnicos das respectivas cidades). Criados os Conservatórios, esqueceu-se o criador de conceber quadros onde pudessem ser integrados os respectivos docentes.

Após uma complexa e demorada luta dos docentes dos Conservatórios obteve-se a publicação, em 1997, de um Decreto-Lei (Decreto-Lei nº 234/97, de 3 de Setembro) que integrou em Quadros de Escola todos os docentes que possuísem, simultaneamente, as habilitações ali referidas e cinco ou mais anos de serviço.

Ao mesmo tempo previa-se para breve a publicação de legislação referente:

- a concursos de acesso a lugares de quadro
- a medidas de nivelamento das habilitações que, em dado período, eram as máximas que o Sistema de Ensino disponibilizava. Entretanto, com a natural evolução do Sistema Educativo, as "máximas habilitações" foram sendo sucessiva e descontroladamente actualizadas (desde os antigos Cursos do Conservatório até aos actuais Cursos Superiores das Escolas Superiores de Música e Cursos Universitários) até chegarmos a uma situação em que, a um equivalente nível de competência, correspondem graus académicos diversos.

Hoje

No Conservatório de Música de Coimbra, para citar um exemplo concreto, laboram cerca de 80 docentes. Destes:

1. Cerca de 50 docentes são contratados anualmente estando-lhes vedado:

- o acesso a concurso (por ser inexistente)
- à consequente progressão na carreira
- o acesso à profissionalização (inexistente no caso dos diplomados das Escolas Superiores de Música que, de resto, constituem a grande maioria dos docentes dos Conservatórios do País)
- o reconhecimento de máxima habilitação para efeitos de vencimento (quem tiver concluído a habilitação máxima disponibilizada pelo Sistema em 1990 auferirá de um salário inferior àquele que tiver concluído uma das habilitações disponibilizadas em 2000)

2. Os 22 docentes que ocupam lugares de Quadro (integrados ao abrigo do disposto no citado DL nº 234/97) são possuidores, à semelhança dos citados no ponto anterior, dos mais variados diplomas (habilitações máximas, à data de conclusão dos cursos). No entanto:

- não lhes é reconhecida, para todos os efeitos, a condição de profissionalizados embora lhes seja solicitada (e efectivada), por exemplo, a orientação de

estágios das Universidades;

- não lhes é facultada a possibilidade de realizar a profissionalização em serviço;
- não lhes é facultado o acesso a complementos de formação para efeitos de progressão na carreira.

3. Os restantes são professores "destacados" que ali prestam serviço (alguns há quase 20 anos) justificando-se plenamente a possibilidade de, aqueles que o desejarem e em condições a definir, poderem vir a optar pela docência neste sub-sistema.

O registo das graves anomalias com que se debatem os docentes dos Conservatórios não se esgota na enumeração dos seus problemas profissionais. Há todo um caminho a percorrer até que as Artes em geral, e a Música em particular, possam ascender à categoria de disciplinas essenciais à formação do cidadão. Não nos conformamos, por isso, com a situação de "navegação à vista" que parece (des)nortear as soluções que sucessivos governos oferecem a este sub-sistema.

Construam-se mais Conservatórios (nunca serão demais). Mas com gente dentro. Feliz.



Um Governo que nega os direitos dos Docentes e de todos

TRIBUNA PÚBLICA DE CONDENAÇÃO DO GOVERNO

LISBOA, 29 DE MAIO - PRAÇA DA FIGUEIRA

■ No dia 13 de Março reuniu em Lisboa um Plenário de Sindicatos da Administração Pública, no qual foi feita uma avaliação da política do Governo para o sector. Uma avaliação impiedosa para um Governo que tomou os trabalhadores da administração pública como entes menores da sociedade portuguesa, como obstáculos à privatização de funções essenciais do Estado, como uma despesa e não como factores de progresso, de estabilidade, de desenvolvimento social.

Não é estranha, no entanto, esta opção do Governo. Portugal, que foi classificado em 1998, pela OCDE, como o país mais privatizador, prossegue uma política de ataque aos direitos dos trabalhadores e aos direitos sociais dos cidadãos, tomando como alibi o défice, a crise das finanças públicas, a convergência com as metas definidas pela União Europeia.

A Resolução aprovada há cerca de dois meses retratava, deste modo, o percurso de um ano de governação:

- através da resolução do Conselho de Ministros de Maio de 2002, o Governo pôs em causa a estabilidade de emprego de milhares de trabalhadores vinculados de forma precária, mas correspondendo a necessidades permanentes do sistema, provocando, não só a desvalorização do direito ao emprego, como também o decréscimo de qualidade no normal funcionamento de inúmeros serviços públicos;

- com a aprovação da Lei dos Disponíveis ou Supranumerários, quis fazer crer que existem trabalhadores em excesso na administração pública, para encapotar o despedimento e a redução do salário de milhares de trabalhadores; uma medida que poderá ter efeitos perversos nomeadamente na profissão docente com a transferência compulsiva ou não de milhares de professores, devida à incorrecta definição da relação dos professores com os quadros das suas escolas;

- com a proliferação do emprego precário, o governo estabelece como

prioridade reduzir o número de efectivos na administração pública;

- graças ao recurso a contratos individuais de trabalho, respondendo às ordens do Banco Mundial e aos inspiradores de uma nova economia mundial, que defende a precarização dos vínculos laborais, o Governo adopta para a administração pública uma política de empresarialização, [a qual tem sido nos últimos tempos acérrimamente defendida pelos mentores do neo-liberalismo em Portugal, como é o caso de Roberto Carneiro];

- com as alterações ao estatuto de aposentação, o Governo aumenta o desgaste dos profissionais, nomeadamente dos da educação, ao mesmo tempo que poupa uns milhões de euros, preferindo, dessa forma, não renovar os quadros da administração pública. Também neste âmbito, com o aumento das prestações sociais dos trabalhadores aposentados, o Governo prefere atacar a qualidade de vida dos cidadãos;

- com o congelamento das pro-

gressões nos escalões ou do reposicionamento dos docentes na carreira, pretende, no que toca aos professores e educadores, introduzir alterações nos seus estatutos de carreira que correspondam a maiores filtragens na progressão na carreira, [socorrendo-se, para tal, e no que toca à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, da introdução de patamares de promoção por mérito, verticalizando as carreiras e estratificando a função docente?];

- com a estagnação salarial de 2003, atacou profundamente o direito dos trabalhadores ao salário e à melhoria das suas condições de vida, fazendo com que, no caso dos docentes, praticamente nenhum professor/educador tenha sido aumentado, ao mesmo tempo que tal situação representa, neste primeiro semestre a uma perda mensal entre 2,5% a 3% mensal do valor do seu salário [tendo em conta os valores verificados, mensalmente, na inflação];



- com a alteração das leis laborais, a qual está já inequivocamente classificada inconstitucional, pela CGTP-IN e por diversos partidos políticos da oposição, o Governo faz a maior viragem à direita no pós-25 de Abril, com enormes reflexos na capacidade reivindicativa e negocial dos Sindicatos e dos Trabalhadores e na precarização do trabalho. O Governo, que inicialmente afirmara que esta legislação não se aplicava à Administração Pública, veio já, pela mão de Manuela Ferreira Leite, anunciar que se iniciariam as negociações para adaptação do pacote Laboral a este sector, como aliás a Frente Comum vinha há muito tempo denunciando;

- com a privatização dos serviços públicos e no caso da educação, com a deslocalização da gestão das escolas para o seu exterior e com a intenção de privatizar a gestão das escolas, à semelhança do que já iniciou na Saúde, o Governo pretende fazer uma reforma das bases da democracia e da revolução portuguesa, num ataque sem precedentes aos direitos, aos serviços públicos e à qualidade de vida, principalmente dos cidadãos mais desprotegidos.

Perante este quadro, os trabalhadores da Administração Pública condenaram “a actual política de autêntico terrorismo social” e consideraram “absolutamente ultrajante e revelador de uma postura anti-democrática a forma como o governo se comportou em torno do processo de revisão dos salários para 2003, violando”, nomeadamente, “a Lei da Negociação Colectiva”.

É neste quadro que se realizará, no dia 29 de Maio, em Lisboa, um Tribunal de Opinião Pública de condenação da actual política, no qual é fundamental a participação dos professores e educadores.

Em defesa dos professores e educadores e dos seus direitos!

Em defesa dos trabalhadores da administração pública!

Pela melhoria dos serviços públicos e contra a sua privatização!

Luís Lobo
Dirigente do SPRC

Faltam (ou escasseiam) os apoios aos alunos com necessidades educativas especiais

No dia 5 de Junho, em Lisboa, Tribunal de Opinião Pública julgará o ME



É já no próximo dia 5 de Junho, no Instituto Franco-Português, em Lisboa.

Um Tribunal de Opinião Pública, promovido pela FENPROF, julgará o Ministério da Educação/Governo e responsabilizá-lo-á pela política educativa que, de ano para ano, vem precarizando as condições de integração/inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais na Escola Regular.

Perante três juízes e um Conselho de Jurados, desfilarão os testemunhos de alunos, pais, professores, técnicos e auxiliares de acção educativa sobre os muitos (e complexos) problemas que a falta (ou escassez) de meios coloca à integração/inclusão na Escola Regular dos alunos com neces-

sidades educativas especiais: falta de professores de educação especial e auxiliares pedagógicos, existência de barreiras arquitectónicas, falta de materiais adaptados, insuficiência de recursos financeiros, turmas demasiado grandes, falta de equipas multiprofissionais, ambientes desumanizados e antidemocráticos, níveis insuportáveis de competitividade e selectividade escolar e social, atitudes discriminatórias, etc.

Importa questionar e confrontar o ME com os problemas reais que a orientação política da Educação que tem vindo a desencadear no nosso País tem provocado:

quantos pais vivem a angústia de não encontrarem na escola as condições necessárias à integração/inclusão dos seus filhos? Quantos professores vêem o seu trabalho descompensado pela falta de meios (mais apoios, mais formação, mais recursos, turmas mais reduzidas)? Quantos alunos com nee, apesar do esforço, são penalizados pelo insucesso, só porque faltam, são escassos ou tardam os apoios de que precisam?

E, como corolário de tudo isto, estará sobretudo em julgamento a concepção de escola que o ME verteu no seu recente projecto sobre educação especial: uma escola que assume a exclusão como regra e a inclusão como excepção, como se a segregação fosse o milagroso remédio para a educação das pessoas com deficiência.

E, claro, depois do julgamento, onde nem faltarão os advogados de defesa e de acusação, iremos entregar a sentença ao ME, numa concentração de pais e professores, para que mais visível se torne o nosso protesto.

Uma “mosca” paira no ar, ameaçadora, sobre a cabeça de milhares de crianças e jovens com nee: é preciso enxotá-la, quanto antes!

Se ainda te incomodam “as moscas”, reaje! Ajuda a mobilizar muitos pais e professores para esta iniciativa?

Se já nada disto te incomoda, é caso para perguntar: que é feito da tua antiga sensibilidade?

UM PROJECTO COM RODAS PARA (DES)ANDAR!

Nos últimos anos, assistimos a uma diminuição significativa do número de professores de apoio educativo nas escolas do concelho da Figueira da Foz, com responsabilidade evidente da ECAE, que não atribuiu a devida significação aos levantamentos realizados pelas escolas, (em colaboração com os docentes de apoio educativo) de modo a responder adequadamente às necessidades educativas de todas as crianças.

■ Esta situação atingiu sobretudo as escolas do primeiro ciclo do ensino básico, sendo que a maioria deixou de ter qualquer tipo de apoio educativo especializado, apesar das necessidades evidentes dos seus alunos e dos apelos sucessivos dos docentes, que deixaram de acreditar na importância que a ECAE, o CAE e a DREC atribuíam aos seus pedidos devidamente fundamentados, nos levantamentos que lhes eram exigidos todos os anos.

A ausência desses apoios contribuiu para que várias entidades responsáveis do concelho celebrassem um protocolo com o objectivo de detectar, encaminhar e acompanhar crianças com n.e.e., que não tivessem qualquer tipo de acompanhamento técnico - pedagógico. Deste protocolo nasceu um Projecto denominado «CRESCER EM HARMONIA».

O projecto iniciou-se este ano lectivo abrangendo 50 crianças com n.e.e., já sinalizadas nas consultas de desenvolvimento do Hospital Distrital da Figueira da Foz (HDF), a frequentarem estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, da rede oficial e privada.

As entidades envolvidas no referido protocolo são a Câmara Municipal da F. Foz, o Centro Distrital de Segurança Social, a DREC, o Hospital Distrital da F. Foz e a APPACDM, que é a gestora do projecto.

Cada entidade terá as seguintes competências:

DREC: 1. assegurar o destacamento de dois docentes para a entidade gestora, que desenvolverão as suas funções no âmbito do projecto.

Câmara Municipal: 1. disponibilizar duas viaturas com motorista, para transporte de técnicos às escolas; 2. assumir as despesas decorrentes da utilização das mesmas (motoristas, seguros, reparação, manutenção e combustível); 3. ceder um técnico a tempo parcial para acompanhamento do projecto; 4. presidir à direcção do projecto.

APPACDM: 1. disponibilizar as suas



“Pode-se falar de pedagogia diferenciada, quando se utilizam métodos da denominada pedagogia correctiva e materiais uniformizados de acordo com a problemática detectada?”

instalações para o funcionamento do projecto; 2. disponibilizar os recursos técnicos necessários ao funcionamento do projecto, nomeadamente educadoras de infância e professores do 1ºCEB, preferencialmente especializados e/ou possuidores de experiência profissional relevante; 3. disponibilizar sempre que necessário os serviços de Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 4. assumir as despesas administrativas, adquirir o material técnico indispensável; 5. assegurar a organização financeira e contabilística do projecto; 6. integrar a direcção do projecto.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social: 1. atribuir à entidade gestora o subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial correspondente a cada beneficiário abrangido pelo projecto e que reverterá para o financiamento do mesmo.

HDFP: 1. Assegurar através da sua consulta de desenvolvimento, a sinalização, o diagnóstico e o encaminhamento das situações que se enquadram no âmbito do projecto.

De salientar ainda, que o protocolo estabelecido entre estas entidades é válido por um ano, com prorrogação automática por igual período de tempo, se nenhuma das partes o denunciar com a antecedência de 60 dias.

Mas para além de algumas questões que o próprio protocolo levanta, a sua implementação suscita outro tipo de interrogações.

- Como é que se atribuem subsídios de frequência de estabelecimento de educação especial (D. Reg. nº 14/81), a crianças que frequentam estabelecimentos regulares de ensino a tempo inteiro e que não possuem deficiência comprovada, mas sim, dificuldades de aprendizagem?

- Se tal situação é legal, porque não pode o mesmo subsídio ser atribuído às escolas regulares, para que as mesmas possam propiciar uma aprendizagem de qualidade aos alunos com n.e.e., no âmbito do projecto educativo de escola?

- Como é que a DREC disponibiliza dois docentes para este projecto e não cria mais vagas nos apoios educativos (desp. 105/97)?

- Como é que a APPACDM disponibiliza docentes, que lhe são afectos pelo Ministério da Educação para exercerem funções junto dos seus utentes?

- Como é que a Câmara Municipal utiliza verbas de todos os contribuintes, para a obtenção de recursos que o M.E. nunca disponibilizou aos professores de apoio especializado? (carros e motoristas) Será que temos aqui uma situação de professores de primeira e de professores de segunda, quando todos realizam o mesmo tipo de funções?

- Como é que a DREC autoriza o destacamento de docentes para apoio

a alunos com dificuldades de aprendizagem, quando limita o apoio ao abrigo do desp.105/97 a alunos com n.e.e. de carácter prolongado, incluindo, somente, nesta categoria alunos com deficiência comprovada?

- Como se “gasta” mensalmente uma verba tão significativa, quando a mesma poderia ser substancialmente reduzida, se esses apoios fossem inseridos na rede “normal” de apoios educativos?

Se quisermos contabilizar despesas basta equacionar que:

- Foram adquiridas duas viaturas para o projecto;

- Que mensalmente é pago o vencimento de dois motoristas;

- Que mensalmente existem gastos elevados com combustível, manutenção e seguros;

- Que mensalmente são pagos pela Segurança Social, pelo menos 50 subsídios de Educação Especial;

E só para mencionarmos alguns dos gastos e já não falarmos dos referentes aos docentes, materiais...

Mas outras questões se levantam quando analisamos a implementação do projecto:

- pode-se falar de inclusão quando se retiram crianças da sala de aula, para um apoio individualizado completamente descontextualizado do projecto educativo de turma? E quando não existe qualquer trabalho conjunto entre docentes do ensino regular e de apoio?

- pode-se falar de igualdade de direitos, quando os alunos com n.e.e. nem têm direito ao intervalo juntamente com os colegas, porque têm que ter apoio nesse período, para facilitar o horário dos docentes de apoio?

- pode-se falar em apoio eficaz e efectivo, com um máximo de duas horas semanais do mesmo?

- pode-se falar de apoio especializado, quando o mesmo é dado por psicólogos estagiários, nomeadamente em áreas específicas como a terapia da fala? ou até em simples situações de dificuldades específicas de aprendizagem?

- pode-se falar de pedagogia diferenciada, quando se utilizam métodos da denominada pedagogia correctiva e materiais uniformizados de acordo com a problemática detectada?

- pode-se falar de deficiência e n.e.e., quando se apoiam crianças de 7 ou 8 anos, que apenas revelam algumas dificuldades próprias de quem iniciou um processo de aprendizagem da leitura e da escrita e que ainda não adquiriu a maturidade suficiente para entender todos os mecanismos inerentes a esse processo?

Será que este tipo de dificuldade não seria adequadamente resolvido no âmbito da sala de aula e do plano educativo individual do aluno? Sem necessidade de discriminação e exclusão?

- Será que existe um nº tão elevado de alunos com dislexias e deficits cognitivos nas escolas do 1º ciclo deste concelho? (já existem mais de 100 crianças para apoio, daí terem sido solicitados mais professores destacados para o projecto)

- pode-se falar de uma escola para todos quando os alunos só terão apoio se o rendimento do seu agregado familiar propiciar a atribuição do subsídio de educação especial?

- pode-se falar de uma escola para todos, quando é bem visível e elucidativo o logótipo do projecto « A Nossa Escola é Especial »

A nossa escola é especial...

É especial de... característica, exclusiva, particular, excelente, distinta.

Curiosamente são estes os significados da palavra no dicionário da Língua Portuguesa.

Assim, somos levados a pensar que a nossa escola é:

Característica (porque caracteriza);

Exclusiva (porque exclui);

Particular (porque é singular, excepcional);

Excelente (porque é perfeita);

Distinta (porque não se confunde com outra).

E concluímos ainda que é nesta escola que se Cresce em Harmonia.

É esta a ideia de Escola que surge de um protocolo entre várias entidades responsáveis e co-responsáveis pela educação do concelho da Figueira da Foz, e que deixa deveras perplexos e indignados muitos professores.

Num tempo em que se defende uma escola inclusiva, que respeite a diversidade e a diferença, vemos nascer um projecto que aposta na exclusão, na visibilidade dessa exclusão, numa atitude discriminatória, que em nada contribui para o desenvolvimento de comunidades inclusivas.

De facto, como se diz no preâmbulo do protocolo, as crianças com n.e.e. são um desafio social que todos devemos assumir - sistema educativo, famílias, instituições e comunidade em geral. Mas devemos assumi-lo numa atitude de respeito pela diferença, pela inclusão escolar e social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais tolerante, democrática e solidária, que respeite a liberdade individual de todos, independentemente das suas diferenças individuais.

Em pleno Ano Europeu da Pessoa com Deficiência este é o “bom exemplo” do que não queremos que seja a educação das crianças com n.e.e. na escola pública, que se pretende de qualidade e inclusiva.

Já é tempo de se dar à escola pública os meios e recursos necessários ao sucesso educativo de todos os alunos.



A nova sede do SPRC em Aveiro

■ Uma dificuldade para os sócios do nosso sindicato é, por vezes, encontrar a nossa delegação.

Antes, um pouco da história: depois de passar por vários locais, sempre alugados, decidiu-se adquirir um espaço próprio, que com pouco mais dispêndio fosse mesmo património de todos os sócios.

Encontrámos um espaço em conta, peso e medida (dois gabinetes para trabalho dos dirigentes e para atendimento personalizado aos sócios, uma sala de reuniões, além da recepção, das instalações sanitárias e de arrumos), numa zona fora do congestionado centro de Aveiro mas de fácil acesso: no bairro da Forca-Vouga, perto da variante de Aveiro (EN 109), junto à Loja do Cidadão e por cima das Finanças.

São as varandas centrais, da foto, do 1º andar do edifício branco (as Finanças são no rés-do-chão).

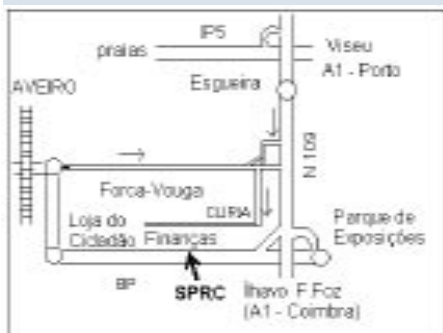
O acesso melhor é pela rua de trás, por cima da zona relvada onde se vê o escudo da cidade.

Quem vem de carro pode aí estacionar; para quem vem a pé, embora haja uma linha de mini-autocarros que também aí passa (paragem da Loja do Cidadão), pode entrar por aí ou subir a escada se vier da Loja do Cidadão.

Para quem não conhece Aveiro vai aqui um esquema que esperamos não baralhar mais do que o que esclarece.

Esperamos pela visita dos sócios do nosso sindicato mesmo que não seja por nenhuma questão sindical.

Até breve



ESCOLAS PRECISAM DE INTERVENÇÃO URGENTE



No dia 3 de Abril de 2003 o Executivo Distrital de Aveiro do SPRC realizou uma Conferência de Imprensa subordinada ao tema “Penúria nas Escolas”

■ Pretendeu-se dar a conhecer aos Órgãos de Comunicação Social e à opinião pública a irresponsabilidade de algumas autarquias, que teimam em não assumir as atribuições que a Lei lhes confere desde 1984 no que concerne à construção, apetrechamento e financiamento das escolas do 1º CEB e Jardins de Infância.

Verificou-se pela investigação realizada que a maioria dos estabelecimentos de Educação e Ensino não dispõe nem dos equipamentos nem dos recursos pedagógicos, didáticos e financeiros indispensáveis à consumação dos objectivos que o País espera que as Escolas e Jardins de Infância cumpram.

Do estudo realizado apresentam-se alguns exemplos, escolhidos aleatoriamente, que espelham bem a realidade destes estabelecimentos públicos de Educação.

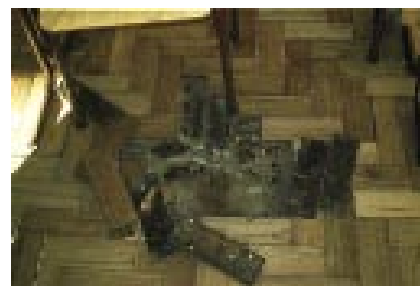
A situação existente exige tomada de medidas e a assunção destes níveis de ensino como uma prioridade fundamental.



Tabela de Basquetebol em perfeita degradação.
Escola do 1º CEB nº11 de Aveiro - Presa.



Aspecto do tecto dos WC.
Escola do 1º CEB de Sarrazola nº2 -



Chão da sala de aula impraticável.
Escola do 1º CEB de Estarreja nº1 - Paço.

A IRONIA DO "INTRUSO"

No dia 4 de Abril de 2003, o jornal "Diário Económico" fez eco das opiniões de um ex-ministro da educação e do actual ministro da educação, num seminário sobre "Educação e Produtividade", organizado pelo Conselho Nacional de Educação.

■ A brutalidade das palavras de Roberto Carneiro e alguma contenção no discurso de David Justino parecem querer dizer que quando se exerce o poder as exigências do seu exercício não permitem a exposição extensiva do pensamento, mas quando se deixa o exercício desse poder a extensão do pensamento pode revelar-se, libertar-se.

No poder o discurso é o discurso do possível, o pensamento próprio não se revela na sua plenitude, longe das luzes do palco expande-se o espírito e diz-se o que se pensa, isto é, diz-se a verdade. Quer dizer que Roberto Carneiro, enquanto ministro da educação, teve de conter-se no discurso e o seu pensamento revelou-se limitado, não verdadeiro e talvez hipócrita.

David Justino, no exercício pleno do poder, parece não compreender as dinâmicas sociais, utilizando uma linguagem de aparente reformismo, mas que na realidade, no contexto actual da sociedade, corresponde a um retrocesso incomensurável, servil à deriva economicista, de quem não sabe para onde vai, de quem não tem rumo, a caminho do caos. Discurso constrangido, discurso do possível. Quando deixar o ministério da educação dirá a verdade, cairão as talas e proporá soluções redentoras para a educação.

Dificilmente se imaginaria Roberto Carneiro, ministro de educação, a afirmar que é "preciso uma bomba atómica" "na função pública para ultrapassar os problemas da falta de eficiência do sistema educativo", que "não é possível aumentar a produtividade da educação enquanto os professores forem funcionários públicos", que "defende a assinatura de contratos de trabalho individuais, para que a produtividade e desempenho dos docentes e

do sistema aumente" e que aponte finalmente o exemplo da "bela" Itália de Berlusconi que "fez uma verdadeira revolução acabando com o estatuto de função pública no país". Quem imaginaria? Mas deve revelar agora o que lhe vai na alma.

Quem não exprime, agora, o que lhe vai na alma é David Justino e então aponta "Portugal como um "case study" de falta de eficiência do investimento em educação", que "o aumento do investimento público coincidiu com quebras de produtividade e da capacidade competitiva da economia", que "na educação os efeitos só são visíveis a longo prazo", que "nalguns casos quanto mais dinheiro existir pior", que "porque não temos dinheiro, temos que adoptar as medidas e fazer as reformas ...", que "se

deverá afectar mais recursos públicos para sectores mais carenciados e pontos de tensão no sistema educativo que estão a estrangular o desenvolvimento da educação.

Quando deixar o palco onde agora representa e actua, dirá então o que lhe vai na alma e, provavelmente, falará da educação como um sistema que só poderá ser regenerado com uma "bomba atómica".

Surpreendentemente ou talvez não, Adriano Moreira, presidente do Conselho Nacional de Avaliação (CNAVES), "avaliando" as ideias avançadas no debate, talvez condescendente e cândido, comentou ironizando, qual "intruso", que ninguém tinha sido convidado para "um holocausto".

“Dificilmente se imaginaria Roberto Carneiro, ministro de educação, a afirmar que é “preciso uma bomba atómica” “na função pública para ultrapassar os problemas da falta de eficiência do sistema educativo”

Carneiro defende que professores deixem de ser funcionários públicos

O ex-ministro da Educação Roberto Carneiro afirma que é preciso a bomba atómica na função pública para ultrapassar os problemas de falta de eficiência do sistema educativo. «Não é possível aumentar a produtividade da educação enquanto os professores forem funcionários públicos», afirmou antes de iniciar na abertura do seminário de educação e produtividade, organizado, entre outros, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Roberto Carneiro defende a assinatura de contratos de trabalho individuais, para que a produtividade e desempenho dos docentes e do sistema aumente. Carneiro apontou a exemplo da Itália que «fez uma verdadeira revolução acabando com o estatuto de

função pública no país, passando apenas com o exemplo da Itália de Berlusconi - a Itália - para o sistema educativo».

Esta foi uma das ideias polémicas propostas no debate e que Adriano Moreira, presidente do Conselho Nacional de Avaliação (CNAVES), comentou ironizando, que ninguém tinha sido convidado para um holocausto. Para Roberto Carneiro, se um sistema só paga a funcionários e estudantes, se os incentivos e estímulos existirem no sistema educativo, na função pública, não poderão o mérito e não poderão a produtividade, melhorar os problemas estruturais, resolve.

A solução, no entender

de Carneiro, não é transferir mais dinheiro para a Educação. Carneiro diz que, desde 1990, o investimento público em Educação cresceu em cerca de 50%. Actualmente o orçamento dos ministérios da Educação e Ciência e Ensino Superior representa a totalidade das despesas arrecadadas em 2002, de acordo com o orçador. Também o ministro da Educação, David Justino, apontou Portugal como "case study" de falta de eficiência do investimento em Educação, afirmando que em alguns anos em Portugal o aumento de investimento público coincidiu com quebras de produtividade e da capacidade competitiva da economia, embora na Educação se estivesse a fazer investimentos e a longo

prazo. «Muitas vezes, quando se fala de investimento, pensa-se apenas em dinheiro», apontou antes de dizer, «porque não se dá conta, mesmo que se dê, de que há muitas coisas que não se podem fazer com dinheiro». «É preciso ser mais realista e pensar que se aumentarem as despesas públicas, estarão mais recursos disponíveis para melhorar os salários e a produtividade dos docentes e a produtividade do sistema educativo, que não é estranho, se o desenvolvimento da educação, resolve o problema», disse depois de alegar que os países da União Europeia têm uma vantagem competitiva em relação a Portugal não só por causa dos baixos salários, mas porque têm uma quantidade de oferta em termos de capital humano que nós não temos. N.B.



TEM A PALAVRA

Não posso calar o que me vai na alma

■ Estive ontem presente num debate ocorrido no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra e confesso que me sinto muito abatida com a situação que se tem vivido, que se vive e que se viverá. Isso os que viverem. Nunca fui uma pessoa de iniciativa política e tenho limitado a minha participação no acompanhamento mais ou menos próximo das ocorrências nacionais e mundiais, embora nunca tenha deixado uma só vez de ir votar.

Hoje porém, não posso calar o que me vai na alma porque sou um ser vivente pertencente à Terra, esta mesma Terra que alguns pretensos “donos do mundo” pensam que é deles. Nós temos de fazer alguma coisa incómoda. Pertencemos a um sindicato, que, por sua vez, faz parte de outra organização muito maior e de muito maior amplitude, somos professores conscientes, mas há os outros profissionais também conscientes e também pertencentes a sindicatos e que não se devem calar.

Quando penso no que foi feito aos jornalistas, assassinados expressamente com tiros certos à janela certa de certo hotel, penso nos nossos que, se não morreram, foram humilhados, pisados, aterrorizados e estiveram em muito má situação. Pergunto-me se o nosso primeiro ministro, senhor Durão Barroso foi pedir contas ao delinquente Bush daquilo que andou a fazer aos profissionais da imprensa do “bom amigo português” que o apoia e apoiará até ao fim, sem o aval do seu povo.

Laura Stanzani

Assunto: Decreto-Lei n.º 7/2003

■ Em resposta à vossa circular e moções apresentadas, cabe-me informar o seguinte:

- A Câmara Municipal da Mealhada, discordando com o Decreto-Lei n.º 7/2003, bem como com a posição tomada pela Direcção Regional de Educação do Centro, promoveu a realização de eleições para escolher os representantes do Ensino Pré-Escolar e do Ensino Básico. O nome dos eleitos foi remetido à Assembleia Municipal;

- Tendo em funcionamento os Agrupamentos Horizontais, cuja constituição foi largamente discutida e analisada no Conselho Local de Educação, a Câmara Municipal das Mealhada, face à proposta da DREC e do CAE, manifestou, em reunião com o Coordenador da Área Educativa e Adjunto, o seu desacordo e solicitou que fosse apresentada uma avaliação do desempenho dos Agrupamentos existentes, bem como as razões justificativas para tal proposta de

alteração.

A Câmara Municipal das Mealhada tomará posições e desenvolverá todos os esforços no sentido da promoção da qualidade do Ensino e Educação neste concelho.

Com os melhores cumprimentos

A Vice-Presidente da Câmara
Maria Filomena Baptista Pereira Pin-

Paz sim, Guerra não

Várzea, 13 de Março de 2003

Exmos Srs.
Presidente da República Portuguesa
Presidente da Assembleia da República Portuguesa
Primeiro Ministro de Portugal

Nós somos os meninos e as meninas do Jardim de Infância de Várzea, em Várzea.

Várzea é uma aldeia que fica ao pé da vila de S. Pedro do Sul e das Termas de S. Pedro do Sul. É muito longe de Lisboa.

O nosso Jardim de Infância é uma casa grande de cor branca. Tem dois andares. O nosso Jardim de Infância tem duas salas. São no rés-do-chão da casa. Temos duas la-reiras e um aquecedor para nos aquecermos quando está frio. Está muito frio no Inverno. As nossas duas salas têm muitas janelas para nós vermos o mundo.

A primavera está quase a chegar e nós vamos dar muitos passeios pela nossa aldeia. Nós vamos ver as flores a nascerem e a crescerem, as árvores a ficarem lindas, os passarinhos a cantarem e a voarem, as pessoas a lavrarem a terra, os bichos a fugirem e as pessoas a falarem umas com as outras, nos caminhos, à beira das casas.

Nós temos cá uma televisão e um vídeo. E foi na televisão que nós ouvimos dizer que vai haver guerra!

Nós até vimos os aviões que levam as bombas, os soldados com as armas e os barcos muito grandes com os aviões em cima, nas pistas.

O nosso professor disse-nos que são Americanos e que são muito ricos.

Nós também já vimos os outros, os Iraquianos. Ele também nos disse que eles são os donos de muito petróleo do mundo. Nós até vimos o petróleo a arder, no meio do mar!

As mulheres têm roupas muito compridas e os meninos como nós brincam nas ruas. Há lá muito pó, não há?

Os pais deles fazem os abrigos para eles se esconderem das bombas do inimigo.

Nós fomos dizendo tudo e o nosso professor foi escrevendo esta carta porque nós queremos pedir que o senhor telefone para não haver guerra. Os meninos vão morrer e eles não podem brincar como nós.

Não se esqueça, está bem?

Beijinhos para o senhor e para todos os meninos do mundo.

Canção de Abril

Eu canto os cravos rubros
Que floriram na boca das armas,
Numa manhã de Abril

Eu canto a madrugada
Que acordou o povo do meu país,
Com trombetas ou esperança,
Gritando aleluias!

Eu canto as bandeira rubras
Flutuando ao vento,
Anunciando ao mundo a libertação!

Eu canto os capitães
Que em horas de ansiedade
Trouxeram para a rua
O Povo Português
Gritando - LIBERDADE!

Esperança Fonseca

Antes e depois dos cravos...É agora!?

■ É um tempo este em que a democracia gerou uma Educação e uma Cultura mais cosmopolitas. No entanto, o saber e a experiência de homens e mulheres tendem a institucionalizar-se, ou por garantia dos livros que os arregimentam, ou sem estes, mas deles se valendo, ou, ainda, pela escolarização copiada de outros, que já copiaram também e que se uniram numa global aceitação dos padrões que favorecem o mercado. São os mecanismos de reprodução de sistemas de educação e ensino apenas necessários para garantir que as transformações sociais não emirjam, valorizando-se, em vez disso, fundamentalmente, as inovações de carácter tecnológico ou deste dependentes.

Há muitos anos atrás, no tempo em que os reis ainda falavam por estas bandas, vieram uns senhores que quiseram que à escola fossem muitos meninos e muitas meninas. Nesse primeiro quartel do século XX, efectivamente, assumiu-se um espírito libertário com as escolas dos sindicatos e com uma incipientíssima rede de ensino oficial. Havia a necessidade de transformar, ultrapassando a pecha de o livro apenas ser acessível a muito poucos, resultando, em abastados casos, num bem de ostentação granjeadora de estatuto social. Como então se dizia, “o Homem vale sobretudo pela educação que possui”. Neste sentido, garantia-se a gratuidade do ensino primário, criado com carácter de obrigatoriedade. Existindo uma elevada taxa de analfabetismo, as associações culturais e recreativas passaram a desempenhar um papel fundamental – em muitos casos, apoiadas pelo próprio Estado, fomentando a constituição de pequenas bibliotecas. Promovia-se, deste modo, uma cultura de instrução popular, na medida em

TEM A PALAVRA



que a capacidade financeira era reduzida, sobretudo por se ter saído de uma longa história de vastas regalias para a corte, clero e burguesia endinheirada – a solidariedade social no domínio da educação declarava-se.

A esses anos da Primeira República, sucedeu-se um enlutado período de ditadura salazarista, marcado pelo culto da ignorância imposta pelo denominado Estado Novo. Era, efectivamente, a forma ideal de silenciar o povo, de o remeter a uma servidão ao trabalho dependente de arbitrariedades patronais. A regulação social extrema assumia a despidorada discriminação feminina e, também, a separação sexista em espaço escolar. Eram as complicitades de um falso moralismo de convivência explícita entre o Estado e a Igreja a ditarem uma educação beata e lobotómica. Neste período, algumas colectividades tiveram um papel importante, não já pela via da solidariedade institucional, mas mais pela da formação cívica popular, também com a constituição de bibliotecas.

Contrariamente à tendência da Primeira República para subsidiar o estudo, Salazar optava por seccionar as classes socio-económicas, elitizando o ensino liceal (o prosseguimento de estudos só servia a uma minoria) e obrigando a uma especialização estreita por via do ensino técnico e industrial, mas sem alguma vez apostar na industrialização e desenvolvimento do país. Em vez disso, sustentava-se, com cofres recheados, a grande preocupação com as Finanças Públicas, com o défice, enquanto as ilhas, ou bairros de lata, proliferavam por todo o país, arredando a maioria dos rapazes e raparigas da escola. Iguamente se impedia a formação de professores, desvalorizando-se os que havia. A este propósito são elucidativas as declarações proferidas por Salazar a propósito da sua instrução primária: *Meu pai, aborrecido porque eu não fazia grandes progressos, tirou-me da escola e mandou-me ensinar por um homenzinho que dava lições particulares num compartimento da sua casa térrea.*(1)

Uma longa noite tenebrosa caiu sobre este país durante quase meio século, para a qual contribuíram, à sua medida, alguns que agora se passeiam pela democracia, sendo, constantemente elogiados. Destes, são exemplo os últimos Ministros da Educação (José Hermano Saraiva e Veiga Simão) do Regime de Salazar e Marcelo Caetano. Ambos os responsáveis por aquela pasta pactuaram e participaram nas políticas de ensombramento. Ao primeiro (o tão mediático historiador) podemos atribuir a responsabilidade de repressão férrea sobre os estudantes que tiveram a coragem de contestar o sistema de policiamento, de tortura e de belicismo. De Veiga Simão (também Ministro da Defesa no governo de Guterres), chegado ao governo marcelista em 1970, ficaram conhecidas as medidas

de perseguição ao associativismo docente (proibido, aliás, desde os anos trinta), que vinha ganhando expressão sobretudo desde 1971. Em circular de 1974, «equiparava os Grupos de Estudo [Associações de Professores] a associações secretas, punindo os seus membros com “prisão correcional nunca inferior a seis meses, perda de funções públicas, multa não inferior a 2000\$ e suspensão de direitos políticos por cinco anos.”(2) Deste ministro, foi também a ideia dos homens-segurança (conhecidos entre os estudantes por “gorilas”), que especou nas Faculdades. Contudo, neste começo dos anos 70, apesar do alargamento da escolaridade obrigatória até ao fim do Ciclo Preparatório – actual sexto ano (3) –, mas sem a sustentação financeira necessária à frequência de milhares de crianças a viverem na miséria, como diz Stephen Stoer, era anunciada uma reforma do ensino, que “almejava manter e consolidar ainda mais o controlo político, sob a capa de maiores benefícios no sector da educação”(4).

Com os anos resultantes do 25 de Abril, promoveu-se a democratização da educação e ensino, alargando-se a escolaridade obrigatória aos quinze anos de idade, com o objectivo de se cumprir o Ensino Básico, sustentando-se o conceito de universalidade e gratuidade. Com isto, o ensino oficial ganha novo impulso, permitindo que se saísse do marasmo “de [se] ser o país da Europa [com] mais elevada taxa de analfabetismo”. Todavia, no sector educativo, o desenvolvimento desejado careceu de algum fervor, por se ter verificado “a manutenção, no fundamental, do aparelho de Estado fascista e da incapacidade de edificação de um novo aparelho de Estado democrático.”(5) No entanto, foram-se dando passos no sentido da democratização, como se consigna na Constituição da República aprovada em 1976, cabendo ao Estado a sua promoção e criação de “condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.”

A tarefa primeira era a de expurgar os programas escolares do ferrete ideológico fascista.

“A gestão democrática das escolas foi outra das conquistas, com a destituição dos directores nomeados e sua substituição por comissões de professores, estudantes e funcionários eleitos democraticamente.”(5) Correm hoje tempos de uma tentativa de regresso ao passado, com a vontade ministerial manifesta de repor a figura do director.

“A criação do curso secundário unificado, superando-se, assim, as anteriores vias liceais e técnicas, trouxe uma alteração estrutural.”(5) Apostava-se, pois, na formação de cidadãos interventivos, sem esquecer que “no seu currículo avultava a área Politécnica.”

Também neste particular, se pretende, hoje, retomar a via da especialização por banda estreita, cerceando possibilidades de uma formação mais ampla e que também prepare para a vida activa – com a propalada ideia de que o emprego não se tem para sempre, alimentando-se a instabilidade crescente, regressaremos à dependência absoluta dos ditames patronais. Aliás, estes serão, certamente, revitalizados no seu mando com a aprovação do código do trabalho.

Com a Revolução de Abril, deu-se também uma importante revalorização da docência, não só pela via da profissionalização, mas também pela possibilidade de a classe se organizar sindicalmente – não são, neste domínio, de desprezar as lições de retrocesso trazidas pela brutal diminuição de dirigentes com reduções lectivas imposta pelo Ministério da Educação de Manuela Ferreira Leite.

O caminho que se foi percorrendo, exigia uma Lei de Bases do Sistema Educativo, que veio a ser aprovada em 1986, após um amplo e um prolongado debate social e de todos os intervenientes. No entanto, também nesta matéria parece que se procura um caminho de arrecuas de processo, quando na actual legislatura se manifestam vontades de alterações estruturais sem, sequer, se promover a necessária discussão. Parece que se pretende, então, deturpar a própria Lei de Bases, como, aliás, já aconteceu com outro sector fundamental – o da Segurança Social.

“De tudo o que Abril abriu / ainda pouco se disse / e só nos faltava agora / que este Abril não se cumprisse” (6) Só faltava! E não deixaremos.

Vítor Januário

(1) Nóvoa, António, *Os Professores O Que São, De Onde Vêm e Para Onde Vão*, 1989

(2) Rajão, Ana, *O Movimento Sindical Docente na Efectivação dos Direitos Sociais: O SPRC em Leiria*, 2002

(3) cf. Carvalho, R., *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1996

(4) *Educação e Mudança Social em Portugal - 1970-1980. Uma Década de Transição* - Edições Afrontamento, 1986

Carvalho, Costa, *Jornal A Página*, nº 78, Março 1999

(5) Teodoro, António, *A Revolução Portuguesa e a Educação*, Cadernos O Professor, Caminho, 1978

(6) de José Carlos Ary dos Santos, *As Portas Que Abril Abriu*



Penha Corvos

Escola Secundária de Penacova

O "Penha Corvos", n.º 5, é um jornal bem estruturado onde estão reflectidas as actividades que alunos, professores e pais conseguem imprimir à sua escola. O incentivo à leitura, os variadíssimos clubes, (clube de Teatro, clube do Jornal, clube de Artes Decorativas, clube de Rádio), as diversas iniciativas levadas a cabo são a demonstração de que muitas coisas se vão fazendo na vossa Escola. Algumas disciplinas também mostram o labor realizado por alunos e professores. De salientar também o "Gabinete de Apoio ao Joven e o "Centro de Aprendizagem", referênc que ajudam a melhorar comportamento a consolidar aprendizagens. O apelo que se faz no editorial vai ajudar a melhorar o jornal: "Experimenta colaborar no "Penha Corvos". É o teu jornal." Agora o "Penha Corvos" passará também a ser o nosso jornal. Parabéns à equipa do "Clube do Jornal". Até ao próximo número.

FORUM

Escola Básica Integrada de Ínsua, Penalva do Castelo

Este "Forum", 1.º semestre, 2002/2003, mostra-se muito dinâmico. As escolas do Agrupamento participam com notícias e opiniões para a revista. São revelados alguns acontecimentos que tiveram lugar nas diversas escolas. Incentiva-se o gosto pela leitura e pela escrita. O "Forum" mostra ainda muitas actividades levadas a cabo pelas disciplinas e pelos clubes existentes nas Escolas.

Merece realce a eleição da 1.ª Associação de Estudantes da E.B.I. de Ínsua. Agora será necessário que todos os alunos colaborem com a sua Associação para que ela seja actuante e possa dar um contributo válido nas diversas iniciativas escolares. O "Forunzinho" está muito bonito, revela as actividades dos vários Jardins de infância e a participação equilibrada das crianças, das educadoras e dos pais. Parabéns ao FORUM e ao FORUNZINHO. Um abraço à equipa que tornou possível a edição deste número.

O Montemurinho

Agrupamento Horizontal de Castro Daire

"O Montemurinho" está muito bonito, bem estruturado, colorido e repleto de actividades levadas a efeito pelas diver-

sas escolas do Agrupamento. Revela boa participação dos alunos, dos professores e dos educadores das escolas e jardins de infância.

O número um dum jornal escolar é sempre um acontecimento, porque evidencia a capacidade que as pessoas (alunos, professores, funcionários, pais) têm para formarem equipas, trabalharem em conjunto, darem corpo a um projecto. E o projecto foi o jornal, é o jornal, será o jornal. Começa agora a grande caminhada, que é continuar "O Montemurinho". Agregando cada vez mais gente, evidenciando as actividades e o trabalho das escolas e das comunidades educativas. O RCI sente-se muito contente por poder comentar mais um jornal das nossas escolas. Um grande abraço para a equipa que pôs de pé "O Montemurinho", número UM. Parabéns, parabéns, parabéns... e até ao número Dois.

O Mundo dos Alunos

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Anços

Trazer notícias das Escolas é sempre do que as escolas fazem, o que as escolas trabalham, o que as escolas projectam. A colaboração das escolas do Agrupamento para a feita do jornal é fundamental. E deve continuar e alargar-se. Os desenhos que ilustram os textos estão muito bem feitos. À pergunta feita no editorial do jornal: "Estamos no bom caminho?" Nós respondemos: Estão no bom caminho, continuem, a dúvida suscita sempre muitas respostas. Como diz o poeta: "...o caminho só se faz caminhando". No caminho, caminhando, encontrarão as respostas. Um abraço para toda a equipa do jornal. Nós, por cá, esperamos o número 3.

O Pintinhas

Jornal Escolar do A.J.E.S. - Agrupamento de Jardins de Infância e Escolas de S. Pedro do Sul.

Há uma certa leveza na leitura de "O Pintinhas", quer dizer é pequenino, mas descortina-se o fundamental. Diversas actividades, colaboração das escolas e dos jardins, tudo em conformidade. Talvez um bocadinho mais de ousadia. Os meninos e as meninas não saíram à rua no Carnaval. Choveu. Os designios da meteorologia são insondáveis. Na fotografia, as fantasias estão lindas. Nós gostámos. Para o ano, farão tudo com mais entusiasmo para dizerem a 2003 que tal coisa não se faz. Em 2004 não choverá e as vossas fantasias sairão à rua. Poderão ser guardadas e perfumadas. Para o ano estarão mais belas e cheirosas... e a rua estará disponível para a alegria das vossas energias e das vossas imensas fantasias... Um abraço.

O Tal Jornal

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Sátão

"O Tal Jornal" tem uma boa participação de alunos e professores. Dá algumas notícias das actividades realizadas pela escola e revela poetas e escritores que deambulam sobre diversos temas. Além de poetas e escritores, a vossa escola também elegeu três deputados para IX sessão de "A Escola e a Assembleia". Três políticos que irão representar a Escola na Assembleia. A vossa escola dá um excelente contributo para que todos os intervenientes na comunidade educativa possam compreender a importância do exercício da cidadania. Louvamos a preocupação de "O Tal Jornal" com a paz, publicando uma "carta aberta" aos senhores S. Hussein e G. Bush. Parabéns à Mara Isabel Almeida do 6.º A. Terminamos dizendo como ela: "Falem um com o outro e façam com que a Paz reine entre nós".

Um abraço para a equipa de "O Tal Jornal".

Escola e C.ª

Escola Secundária Martinho Árias - Soure

O número 3, do mês de Março, da vossa revista descreve algumas actividades realizadas no passado ano lectivo, mas debruça-se também sobre alguns acontecimentos e personagens que são de todos os tempos. É assim quando se escreve sobre "Gandhi", a "Mulher" a "Sexualidade" ou a "Agricultura". Temas sempre actuais e recorrentes. Sugerimos que apelem a uma maior participação das diferentes disciplinas ou departamentos. Fazemos votos para que, brevemente, a capa e a contracapa da vossa revista venham ilustradas com fotos da escola nova. Houve ainda lugar para assinalar o Dia 21 de Março - Dia Mundial da Poesia. Diz o poeta "Com mãos se faz a paz se faz a guerra". Juntemos as mãos e construamos a PAZ. Parabéns à equipa da "Escola e Companhia".

O Trapalhão

Jornal da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo c/Ensino Secundário de Aguiar da Beira

O número dez de "O Trapalhão" chega às bancas em 2003, relatando as actividades desenvolvidas durante o 1.º período do ano lectivo. Muitas actividades o "Halloween", a "Feira do Livro" e a "Festa do Natal". Nota-se uma participação equilibrada de alunos, professores e encarregados de educação. As escolas do agrupamento também são notícia e serão, certamente, cada vez mais colaborantes com "O Trapalhão". Aguiar da Beira, vila e sede de concelho, está bem caracterizada no texto da página 6. Apetece dar uma voltinha para conhecer a Terra. Até ao próximo número. Um abraço para a equipa do jornal.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O ISLA - INSTITUTO SUPERIOR DE LEIRIA E O SINDICATO DE PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO

Entre

ISLA - INSTITUTO SUPERIOR DE Leiria, LD.^a, com sede na Rua da Cooperativa, S. Romão, em Leiria, Pessoa Colectiva n.º 502357207, com o capital social de € 149 641,00 (cento e quarenta e nove mil seiscientos e quarenta e um euros), registado na Conservatória do Registo Comercial de Leiria com o número de matrícula 3204, adiante designado por Primeiro Outorgante e neste acto representado por Maria Gorete Pereira Gaio e António Manuel Soares Madeira

e

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO, com sede na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 21, em Coimbra, neste acto representado por Joaquim de Sousa Morais Ferreira e Ana Rita Carvalhais da Silva, adiante designado por Segundo Outorgante.

Considerando que constitui finalidades do ISLA-LEIRIA:

a) Impulsionar a criação cultural e a formação do espírito científico contribuindo assim para o desenvolvimento dos valores superiores da pessoa;

b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento em que ministra ensino, aptos para a inserção nos diferentes sectores profissionais, em especial nas empresas, e colaborar na sua formação contínua;

c) Desenvolver a realização da investigação fundamental e/ou aplicada e a aptidão técnica nas respectivas áreas de ensino;

d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

e) Contribuir para o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados às comunidades, designadamente em matérias de metodologias e instrumentos de ensino, e estabelecer com estas relações de reciprocidade;

f) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de meios adequados de extensão cultural;

g) Estabelecer fórmulas de cooperação com empresas que se dediquem à investigação e desenvolvimento;

h) Cooperar com instituições de ensino, públicas ou privadas, no âmbito científico e pedagógico, mormente com as que tenham sido criadas pela enti-

dade instituidora ou em que esta tenha participação;

Considerando que dos Estatutos do ISLA-LEIRIA consta expressamente a possibilidade de celebrar acordos, convénios e protocolos, com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

Reconhecendo o importante papel do SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO, é celebrado o presente protocolo de colaboração que visa proporcionar aos associados do SINDICATO e respectivos familiares uma preparação técnica-profissional de nível superior, nos termos das cláusulas seguintes:

1.^a

1.1 Os associados do SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO, bem como os seus cônjuges e filhos, passarão a dispor de uma redução de 25% nas propinas mensais estabelecidas pelo ISLA-LEIRIA em qualquer dos cursos de licenciatura ministrados.

1.2 Os alunos que beneficiarem desta bolsa serão penalizados em 25% por cada ano em que não obtenham aproveitamento (não transitem de ano lectivo) voltando a usufruir dos benefícios na sua totalidade a partir do ano em que consigam obter aproveitamento (transitem de ano).

1.3 A redução acima referida não se aplica a quaisquer outros pagamentos que sejam exigíveis aos alunos do ISLA-LEIRIA, nomeadamente inscrição, matrícula, disciplinas em atraso, exames da época de recurso, exames da época especial, revisões de provas, certificados, diplomas e demais documentação.

2.^a

Nos cursos de pós-graduação os associados do SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO bem como os seus cônjuges e filhos, usufruirão das regalias concedidas às entidades parceiras do ISLA-LEIRIA pagando as verbas que forem estipuladas para os alunos do ISLA-LEIRIA.

3.^a

Ao processo de candidatura aos diversos cursos ministrados no ISLA-LEIRIA deverá ser junta declaração emitida pelo SINDICATO DOS PROFESSORES

DA REGIÃO CENTRO, na qual se ateste a qualidade de associado do SINDICATO ou a situação familiar que permita usufruir dos benefícios concedidos ao abrigo do presente protocolo.

4.^a

O ISLA-LEIRIA e o SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO poderão vir a executar, conjuntamente, acções de formação, qualificação e reciclagem, em termos a acordar.

5.^a

O presente protocolo de colaboração entra em vigor à data da sua assinatura, renovando-se automaticamente por períodos sucessivos de um ano, a menos que qualquer das partes o venha a denunciar por escrito com, pelo menos, 60 dias de antecedência.

6.^a

O ISLA-LEIRIA e o SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO, comprometem-se a promover a divulgação do presente protocolo junto dos potenciais beneficiários do mesmo.

7.^a

7.1 As condições agora acordadas aplicar-se-ão apenas aos alunos que se tenham inscrito no ISLA-LEIRIA pela primeira vez no ano lectivo de 2003/2004 ou que venham a inscrever-se posteriormente, ficando salvaguardadas as situações referentes a alunos que já frequentassem o ISLA-LEIRIA em ano anterior.

7.2 O ISLA-LEIRIA compromete-se, no entanto, a analisar casuisticamente a situação de todos os seus antigos alunos que sejam associados do SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO, bem como dos seus cônjuges ou filhos, podendo vir a atribuir-lhes, mediante requerimento devidamente fundamentado, descontos nas propinas mensais, caso a situação sócio-económica dos mesmos o justifique.

Coimbra, 28 de Março de 2003

ANAI - Associação Nacional de Apoio ao Idoso

Ladeira do Carmo - casa da Cerca de São Bernardo
3000 - 097 - Coimbra
Tel. 239 - 826 030 / 239 - 827 412
Fax. 239 - 826 030
E-mail: a.n.a.i. @netc.pt

Fundada em 1994, adquiriu, em 1996, o reconhecimento de Utilidade Pública e o respectivo registo como Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos.

Objecto: "Promover a protecção e Apoio ao Idoso", através da informação, do atendimento personalizado e do encaminhamento.

Objectivos:

- Proporcionar à Pessoa Idosa, a prática de Actividades que possibilitem fortalecer a sua participação social, usufruir de uma vivência consentânea com o seu processo de envelhecimento, permitindo-lhe o pleno exercício da sua condição de cidadão:

- Colocar à disposição da pessoa Idosa, em particular e da Comunidade em geral, valências a desenvolver, com estrutura e organização próprias que promovam a solidariedade, a cultura, a criatividade, a alegria, proporcionando o bem estar e facultando assim o estabelecimento de laços de fraterna amizade e companheirismo;

- Prevenir a desinserção social, possibilitando a integração saudável e a permanente convivência com diferentes gerações, daí que embora vocacionada para a pessoa idosa, não exclui a possibilidade de acolher nas suas actividades outras camadas etárias;

- Proporcionar uma prestação de serviços adequados e atempados, dirigidos à pessoa idosa, garantindo-lhe a sua dignidade como ser humano, minimizando situações de isolamento e solidão.

Na Área Social, dispõe das valências:

- S.A.D. - Serviço de Apoio Domiciliário, prestado de 2.ª a 6.ª feira, no horário compreendido entre as 9.00 e as 17.30, que mediante a elaboração de um plano individual de cuidados, confere a pessoas que se encontrem destituídas de autonomia temporária ou permanente cuidados de:

- Higiene Pessoal
- Higiene habitacional
- Fornecimento de refeições
- Acompanhamento ao exterior
- Centro de Dia - proporcionando às pessoas idosas, diversas formas de ajuda e ocupação, designadamente;
- Serviços de alimentação

- Higiene Pessoal
- Ocupação dos tempos livres
- Informações

Garantindo assim a sua reintegração na comunidade e a continuidade no seu domicílio.

- Espaço de Convívio - ambos localizados na "Oficina do Idoso", sita na Rua João Cabreira, n.º 18, em zona pedonal da baixinha, onde estão implementados ateliers de:

- Rendas e Bordados
- Pintura a Óleo/Vidro/Tecido
- Tridimensional
- Propagação de Plantas Aromáticas

- Oficina de Leitura e Escrita
- Sessões Informativas sobre temáticas ligadas à saúde

- Passeios culturais
- Solenidades e Tradições

Baseada nestes objectivos, incrementa a suas actividades, fazendo emergir as vertentes Social, Cultural e de Solidariedade.

Actividades:

- Na Área Cultural e Ocupacional, aposta na realização pessoal, no relacionamento humano e na aprendizagem ao longo da vida, numa perspectiva intergeracional, dispondo da valência UTL - Universidade do Tempo Livre, onde áreas escolares e circum-escolares, diversificadas, são leccionadas por ano lectivo, podendo a seu frequência ser efectuada a qualquer momento, face a ausência dos regimes de faltas e avaliações.

Para o ano de 2002/2003, estão disponíveis, nomeadamente:

- Literatura Portuguesa
- Alemão
- Italiano
- Inglês (três níveis)
- História de Portugal
- História da Arte
- Sociologia das Religiões
- Pintura (dois níveis)
- Informática (dois níveis)
- Astrologia Científica
- Música
- Danças de Salão
- Ginástica de manutenção
- Artes Decorativas.

Promove também, ainda que de curta duração, no âmbito das suas actividades culturais, o "Curso de Preparação para o Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidades para ingresso no Ensino Superior", vulgarmente conhecido por Exame AD-HOC.

- Como actividades complementares e de lazer, dinamiza passeios Turísticos e visitas culturais bem como organiza jornadas de grupos, para espectáculos teatrais, musicais e outros.

Visita a Ponte de Lima 31 de Maio e 1 de Junho



31 de Maio | Sábado
8h30 | saída da Praça da República (Coimbra)
10h30 | Guimarães (visita ao centro turístico)
11h45 | partida para Ponte de Lima
13h00 | almoço em Bertandos (Restaurante Celeiro)
14h30 | Hotel
15h30 | início da visita à Vila de ponte de Lima

- Centro Histórico
- Ponte (Medieval e Romana)
- Jardins Temáticos
- Museu Rural
- Avenida dos Plátanos
- Jardim Aromático
18h30 | Hotel
19h30 | jantar (Restaurante Encanada) animação com tocadores de concertina e cantares ao desafio
- 1 de Junho | Domingo**
9h30 | visita ao Concelho de Ponte de Lima
- Monte de Santa Maria Madalena
- S. Martinho da Gândara (visita à ARVAL - ciclo do linho)
13h00 | almoço (Restaurante Borges)
14h30 | visita à margem esquerda do Lima
- Refoios
- Calheiros
- Rota das Pedras Finas
- Monte de Santo Ovídio
17h30 | Regresso a Coimbra

Preço por pessoa

adulto em Hotel *** | 65 euros
criança até 12 anos em Hotel (em cama extra no quarto dos pais) | 42.5 euros
adulto em Casa de Turismo de Habitação (Solar) | 81 euros
criança em Casa de Turismo de Habitação (em cama extra no quarto dos pais) | 55

ALBUFEIRA Férias/Fim de Semana

Moradia T2 (sala com lareira, 2 quartos, 2 WC, 2 varandas)
Vista Mar e Marina. Equipada (TV, Máq. Roupa, micro-ondas ...)
Urbanização com Piscina
Tlm: 965 003 817

VISIONARIUM Centro de Ciência do Europarque



O Clube Visionarium tem programado um mês de Maio de grande actividade científica, dentro e fora de portas

Curso Livre em Astronomia

Fins-de-semana de 10, 11 e 16, 17 e 18 de Maio

Observação Astronómica

Duas sessões de observação:

Manhã de 7 de Maio - Trânsito de Mercúrio (passagem de Mercúrio frente ao Sol);
Madrugada de 15 para 16 de Maio - Observação de um Eclipse Lunar

Fim-de-Semana Científico

Dias 24 e 25 de Maio

Serra da Freita (concelho de Arouca): percursos pedestres, orientados por geólogos, para dar a conhecer a geologia e a arqueologia locais.

Saída de Campo

Grupos Escolares e Associações realizarão saídas de Campo de um dia à Serra da Freita

Maio Abril e Junho

Exposições Temporárias

5 de Maio - Inauguração das Exposições:

— Simetrias (Jogos de Espelhos) - até 16 de Maio

— Atelier (Vamos Brincar aos Materiais) - até ao final de Julho

Feira Didáctica - 8.º Salão de Produtos e Serviços para a Educação e Ensino

EXPONOR - 15 a 18 de Maio

CONTACTOS:

Clube Visionarium - Centro de Ciência do Europarque

4520-153 Sta Maria da Feira

Telef: 256 370627

FAX: 256 370614

ATLAS das Cidades de Portugal 2002

Instituto Nacional de Estatística



O Atlas das Cidades de Portugal é o primeiro fruto visível da actividade recente desenvolvida pelo INE na área das estatísticas urbanas. A publicação reúne um conjunto de indicadores sobre as actuais 134 cidades do país e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Trata-se, é claro, de um quadro sintético, cobrindo um número limitado de variáveis que o INE acredita poder, num futuro próximo, enriquecer e aperfeiçoar do ponto de vista metodológico, à medida que as dificuldades, ora sentidas, possam ser ultrapassadas, nomeadamente as que estão associadas à delimitação das cidades.

Instituições de Ensino, Estudantes, Professores e Investigadores usufruem de um desconto de 50% sobre

o preço avulso.

Pedidos para: Direcção Regional do Centro do INE • Rua Aires de Campos - Casa

Convívio da ANAI 30 de Maio de 2003

A "Associação Nacional de Apoio ao Idoso" (ANAI) vai realizar, no próximo dia 30 de Maio, nas Caves de Coimbra, um convívio, de promoção da Associação e de angariação de fundos. Os interessados poderão proceder à sua inscrição e ao pagamento até ao dia 20 de Maio de 2003. As inscrições poderão ser feitas para a sede da ANAI - Ladeira do Carmo, 3000 Coimbra ou através dos telefones 239 826 030 / 239 827 412

Avaliação em Intervenção Precoce



A Associação nacional de Intervenção Precoce (ANIP) vai realizar o seu II Congresso Nacional de Intervenção Precoce, subordinado ao Tema: "Avaliação em Intervenção Precoce", nos

dias 5 e 6 de Junho de 2003, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Serão abordados os seguintes temas: "Avaliação da Criança Ecologicamente Válida", "Avaliação Funcional da Visão na Perspectiva do Desenvolvimento Integral", "A Abordagem perfeita da Avaliação da família: Será que existe?", "Práticas de Avaliação em Diferentes projectos de IP", "Participação da Família na Avaliação da Criança: Perspectivas de pais e prof. do PIIP", "Aumentar a Participação da Família na Avaliação da Criança", "Avaliação das Redes de Apoio à família", "O Estranho torna-se familiar e o Familiar torna-se Estranho", "Avaliação da Criança com Multideficiência".

Os interessados poderão inscrever-se ou pedir informações para: Ass. Nac. de Intervenção Precoce - Av. Dr. Bissaya Barreto (Hospital Pediátrico de Coimbra - Pavilhão 4) - 3000 - 075 Coimbra.

Tel: 239 483 288 - Fax: 239 481 309

V Feira de Artes e Cultura Freguesia de Lorvão Penacova

Entre **19 e 25 de Maio** realiza-se a **V Feira de Artes e Cultura de Lorvão**. Esta iniciativa aborda vários aspectos de elevado interesse cultural, no âmbito do Património, da Música, do Artesanato, da Gastronomia, do Teatro e do Livro.

Estando voltada particularmente para a comunidade educativa da freguesia, promovendo troca de experiências e visitas entre as suas aldeias destacamos as seguintes actividades:

21 de Maio - Debate "Da Escola que temos para a Escola que queremos"

23 de Maio - Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, no Mosteiro

24 de Maio - Passeio de Burro (uma viagem oferecida pela Autarquia e que se pretende que faça parte do roteiro turístico e cultural da freguesia)

25 de Maio - Ranchos Folclóricos, Música Filarmónica, Gastronomia e Artesanato

Informações: Junta de Freguesia de Lorvão

SPRC APOIA, COIMBRA CAPITAL NACIONAL DA CULTURA

DESTAQUES DE MAIO



COIMBRA
2003

Uma cidade viva.

Ter. 6 a Seg. 26

Outras Linguagens | ARTES PLÁSTICAS

Exposição de jovens escultores | Xico Lucena, Matthias Contzen, Santos Carvalho e António Valente

Local | Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra - ISCAC

Entrada gratuita

Organização e informações | Instituto Politécnico de Coimbra e ISCAC

Até Ter. 6

Festival de Teatro de Tema Clássico | TEATRO

Local | Teatro Académico de Gil Vicente, Teatro S. Teotónio, Conimbriga, Mosteiro de Tibães (Braga)

Organização | Festival de Teatro de Tema Clássico

Informações | Teatro Académico de Gil Vicente e Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Qua. 7 Mai. a Dom. 29 Jun.

Segunda Mostra da Pintura Portuguesa Contemporânea nas Coleções Particulares de Coimbra | ARTES PLÁSTICAS

Local | Edifício Chiado

Comissário | Telo de Moraes

Entrada Gratuita

Organização e informações | Câmara Municipal de Coimbra

Qui. 8

Concurso Público de Ideias para a Reabilitação da Rua da Sofia | CIDADE E ARQUITECTURA

Local | Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra |

Organização | Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra 2003 e Ordem dos Arquitectos - SRN

Parceiro | Câmara Municipal de Coimbra

Entrada Gratuita

Informações | Coimbra 2003

Qui. 8

Existe uma "geração de 90"? | LITERATURA

Debate integrado no projecto Escrituras

Local | Casa Museu Bissaya Barreto | 18.00h

Participação | José Ricardo Nunes e Maria João Cantinho

Moderadora | Ana Paula Arnaut

Entrada Gratuita

Organização e informações | Coimbra 2003

Qui. 8

Orquestra de Câmara de Coimbra | MÚSICA

Local | Igreja Paroquial de Ribeira de Frades | 21.30h

Entrada gratuita

Organização e informações | Câmara Municipal de Coimbra e Coimbra 2003

Sex. 9 a Ter. 13

Feira de Artesanato | PATRIMÓNIO

Local | Praça da Republica | 15.00h - 23.00h

Organização | Câmara Municipal de Coimbra

Entrada gratuita

Informações | Casa Municipal da Cultura de Coimbra

Sáb. 10

Empresta-me as tuas asas | TEATRO

Xarabancos

Local | Ateneu de Coimbra | 15.00h

Público-alvo | A partir dos 4 anos

Produção | Coimbra 2003 e Ateneu de Coimbra

Entrada gratuita

Organização e informações | Coimbra 2003

Sáb. 10

Sida - Novas fronteiras | CIÊNCIA

Ciclo Vida, ética e sociedade | Um Embrião de Cultura Científica

Local | Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura de Coimbra | 16.00h

Participação | Emília Valadas (Comissão Nacional de Luta Contra a Sida), Kamal Mansinho (Hospital Egas Moniz), Vítor Duque (Hospitais da Universidade de Coimbra)

Entrada Gratuita

Organização e informações | Associação Nacional de Bioquímicos e Coimbra 2003

Sáb. 10 Mai. a Seg. 2 Jun.

Fernando Namora | LITERATURA

Local | Casa Municipal da Cultura de Coimbra

Exposição integrada em A Rota dos Escritores do Século XX

Organização | Comissão de Coordenação da Região Centro e Câmaras Municipais de Coimbra e Coimbra 2003

Entrada Gratuita

Informações | Casa Municipal da Cultura de Coimbra

Até Qua. 14

TÁVORA | CIDADE E ARQUITECTURA

Exposição de projectos e desenhos do Arquitecto Fernando Távora

Museu Antropológico da Universidade de Coimbra

Organização | Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coimbra 2003

Entrada Gratuita

Informações | Coimbra 2003

Qui. 15

Dia da Latinidade | TEATRO

Representação do Anfitrião de Plauto pelo Grupo Thiasos

Local | Museu de Conimbriga | 11.00h

Sessão solene seguida de palestras

Local | Auditório da Reitoria | 16.30h

Organização | Ministério dos Negócios Estrangeiros, União Latrina, Instituto Camões, Instituto Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa e Centro Internacional de Latinidade Léopold Senghor

Entrada gratuita

Informações | Coimbra 2003

Qui. 15

Orquestra de Câmara de Coimbra | MÚSICA

Local | Igreja da Misericórdia de Coimbra | 21.30h

Organização | Câmara Municipal de Coimbra e Coimbra 2003

Entrada gratuita

Informações | Casa Municipal da Cultura de Coimbra

Sex. 16 a Dom. 18

Campeonato de xadrez com robôs | CIÊNCIA

Evento integrado no projecto Robótica na rua e para todos

Local | Centro de Artes e Espectáculos, Figueira da Foz | 10.00h - 17.00h

Campeonato de xadrez para jovens até aos 16 anos.

Demonstrações de vários equipamentos robotizados nacionais.

Entrada Gratuita

Organização e informações | Coimbra 2003 e <http://robotics.dem.uc.pt/robotica2003>

Sáb. 17 e Dom. 18

Fórum Canção de Coimbra | MÚSICA

Local | Casa Municipal da Cultura | Organização e informações | Câmara Municipal de Coimbra

Sáb. 17 a Dom. 25

Caminhos do Cinema Português | CINEMA

Local | Teatro Académico de Gil Vicente
Longas-metragens, curtas-metragens, animação e documentários portugueses.
Workshops, Debates, Conferências "Cinema e Literatura"
Exposição Fotográfica | Market Screenings
Exibições especiais para grupos escolares
Organização e informações | Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra e Caminhos do Cinema Português - Associação de Artes Cinematográficas de Coimbra e Coimbra 2003

Ter. 20 Mai. a Dom. 29 Jun.

O Menino com Olhos de Gigante | ARTES PLÁSTICAS

Exposição de fotografia com um núcleo para invisuais
Local | Escola Secundária Jaime Cortesão
Autor | Paulo Abrantes
Apoio | Direcção Regional de Educação do Centro e ACAPO
Entrada gratuita
Organização e informações | Coimbra 2003

Qui. 22

I Festival da Guitarra de Coimbra | MÚSICA

Concerto pelo Porto Tango Ensemble | Tango Argentino Clássico e Moderno
Local | Auditório do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra - ISEC | 21.30h
Organização | Coimbra 2003
Preço _ 8 | Aplicáveis descontos
Informações e venda de bilhetes | Teatro Académico de Gil Vicente
Venda de bilhetes 1 hora antes do início do espectáculo até ao limite dos lugares disponíveis | ISEC

Sex. 23 e Sáb. 24

Homenagem a Eduardo Lourenço | PENSAMENTO

23 de Maio | Lançamento da obra - Tempos de Eduardo Lourenço: uma fotobiografia
Local | Biblioteca Joanina | 18.30h
Apresentação | José Augusto França
Autoras | Maria Manuel Baptista e Maria Manuela Cruzeiro
Editor | Campo das Letras

24 de Maio | Crítica e criação em Eduardo Lourenço - Encontro com os seus autores
Local | Quinta das Lágrimas | Moderadoras | Maria Manuel Baptista e Maria Manuela Cruzeiro
Entrada gratuita
Organização e informações | Coimbra 2003

Sáb. 24

Jazz Ao Centro - Encontros Internacionais de Jazz de Coimbra | MÚSICA

Charles Gayle Trio
Local | Centro Norton de Matos | 21.30h
Organização | Centro Norton de Matos, Coimbra 2003 e Câmara Municipal de Coimbra
Preço | Informações e reservas | Centro Norton de Matos

Sáb. 24

Orquestra de Câmara de Coimbra | MÚSICA

Local | Igreja Matriz de Souselas | 21.30h
Organização | Câmara Municipal de Coimbra e Coimbra 2003
Entrada gratuita
Informações | Casa Municipal de Cultura de Coimbra

Seg. 26 a Sáb. 31

Vitória Descobre o Jardim | TEATRO

Cultural Kids
Organização | Coimbra 2003
Informações e Reservas | Teatro Académico de Gil Vicente

Qua. 28 e Qui. 29

Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo | DANÇA

A Lua Vai Pelo Céu com um rapaz pela mão | Duração - 30 minutos
Duo Appassionato | Duração - 12 minutos
Missa | Duração - 23 minutos
Local | Teatro Académico de Gil Vicente | 21.30h
Organização | Coimbra 2003
Informações e Reservas | Teatro Académico de Gil Vicente

Qui. 29

O século das gerações literárias? | LITERATURA

Debate integrado no projecto Em Torno do Século de Ouro
Local | Foyer do Teatro Académico de Gil Vicente | 18.00h
Participação | José Ricardo Nunes e Maria João Cantinho
Moderadora | Ana Paula Arnaut
Leitura de poesia por Neusa e Rui

Entrada Gratuita

Organização e informações | Coimbra 2003

Sex. 30

Festival José Afonso | MÚSICA

Participação | Ildo Lobo e Antigos Orfeonistas
Local | Teatro Académico de Gil Vicente | 21.30h
Organização e informações | Câmara Municipal de Coimbra e Teatro Académico de Gil Vicente

Sex. 30 Mai. a Sáb. 14 de Jun.

Terra Plana | TEATRO

Camaleão
Local | Teatro do INATEL | Segunda a Quinta - 10.30h e 14.30h | Sextas-feiras - 10.30h e 21.30h | Sábados - 16.00h e 21.30h
Encenação | José Geraldo
Co-produção | Camaleão e Coimbra 2003

Sáb. 31

Sons do Mundo na Filarmónica | MÚSICA

Apresentação pública
Local | Praça Velha | 17.00h
Participantes | Elementos das Filarmónicas de Ançã, Pocariça e Taveiro e músicos convidados dirigidos por Jacinto Santos
Informações | Coimbra 2003

Sáb. 31

A ilha dos afectos | MÚSICA

Encomenda de Coimbra 2003 a Carlos Martins | ESTREIA ABSOLUTA
Local | Teatro Académico de Gil Vicente | 21.30h
Organização | Coimbra 2003
Informações e reservas | Teatro Académico de Gil Vicente

Até Sáb. 31

Ciberliteratura | PENSAMENTO

Fórum integrado no projecto Ciberscópio, portal dedicado à reflexão e discussão cultural
www.ciberscopio.net
Participação | Pierre Lévy, Howard Rheingold, Levi Malho, Maria Filomena Molder, Luís Carmelo
A autora | Maria Manuel Borges
Organização e informações | Coimbra 2003

O elevado número de iniciativas que decorrem durante o mês de Maio no âmbito da Coimbra 2003, torna impossível, neste espaço, fazer a sua divulgação integral. A selecção que aqui se apresenta é da inteira responsabilidade do SPRC.



COIMBRA
2003

Uma cidade viva.

Coimbra 2003, Capital Nacional da Cultura

Este cupão destacável garante o desconto de 10 % na aquisição de bilhetes para ingresso em espectáculos integrados no programa da Coimbra 2003, desde que acompanhado da apresentação do respectivo cartão de associado do SPRC. Não serão permitidas acumulações de cupões no mesmo espectáculo, nem serão consideradas fotocó-